

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) no 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal no 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)

CONSOLIDAÇÃO DOS PLANOS DE TRABALHO DAS CÂMARAS TÉCNICAS DOS COMITÊS PCJ

Atividades previstas
2011-2012



DEZEMBRO/2011

Secretaria Executiva
Comitês PCJ



CONSOLIDAÇÃO DOS PLANOS DE TRABALHO DAS CÂMARAS TÉCNICAS DOS COMITÊS PCJ

INTRODUÇÃO

Realizou-se, no mês de junho de 2011, a renovação da composição das Câmaras Técnicas (CTs) dos Comitês PCJ, de acordo com os termos da Deliberação dos Comitês PCJ nº 039/09, que dispõe sobre a estrutura e funcionamento das CTs.

Esta deliberação dispõe, também, que as CTs “(...) deverão elaborar anualmente Plano de Trabalho mínimo, compatível com o Plano de Bacias e cronograma de trabalho dos Comitês PCJ.” (art. 12).

Dessa forma, a Secretaria Executiva dos Comitês PCJ solicitou às equipes de coordenação das CTs que elaborassem os Planos de Trabalho anuais (PTs) com base nas disposições e conteúdo do Plano das Bacias PCJ 2010-2020. Disponibilizou, para tanto, formulários específicos nos quais foram elencadas as atividades a serem desenvolvidas entre agosto de 2011 e julho de 2012. As atividades propostas por cada câmara foram aprovadas pelos membros em reunião desta.

As informações que se seguem consistem na consolidação destes Planos de Trabalho, os quais foram elaborados e aprovados pelos plenários das CTs durante o mês de setembro de 2011.

METODOLOGIA PARA ELABORAÇÃO DOS PLANOS

Detalhamento das ações

Os Planos de Trabalho foram elaborados com base nos formulários apresentados nas Figuras 1 e 2.

As atividades a serem desenvolvidas foram detalhadas, definindo-se, para tanto: título da atividade, justificativa para seu desenvolvimento e seu enquadramento nos PDCs (Programas de Duração Continuada) e subprogramas previstos no Plano das Bacias PCJ 2010-2020 (Figura 1). Para cada atividade foram elencadas as ações envolvidas em sua implementação, bem como seus produtos esperados. Para cada ação foi estabelecido um prazo para sua realização. O conjunto dos prazos das ações resultou no “Cronograma de execução das atividades do Plano de Trabalho anual 2011-2012”, preenchido conforme a Figura 2.

As atividades detalhadas por todas as Câmaras Técnicas seguem ao final deste relatório.



Figura 1. Formulário para o detalhamento das atividades.

Plano de Trabalho: Detalhamento das atividades 2011-2012

ATIVIDADE N° _____

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE		
Título:		
Justificativa:		
Subprograma em que se enquadra ¹ :		
A	Descrição das Ações Previstas	Produtos Esperados
B		
C		
D		
E		

¹. Número e descrição dos PDCs, Subprogramas e Ações de Curto Prazo constam do Plano das Bacias PCJ 2010-2020, disponível em www.comitepci.sp.gov.br

Figura 2. Formulário relativo ao cronograma de execução das atividades.

Cronograma de execução das atividades do Plano de Trabalho anual 2011-2012

Atividade	Ações	2011					2012						
		Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul
1	A												
	B												
	C												
	D												
	E												
2	A												
	B												
	C												
	D												
	E												
3	A												
	B												
	C												
	D												
	E												
4	A												
	B												
	C												
	D												
	E												

Processo de elaboração e consolidação dos Planos de Trabalho

As atividades propostas pelas Câmaras Técnicas foram encaminhadas à Secretaria Executiva, que realizou, em conjunto com a Agência das Bacias PCJ, uma avaliação preliminar sobre a



viabilidade da execução destas em função dos recursos humanos e financeiros disponíveis para o apoio às CTs.

Após esta avaliação preliminar, foi realizada reunião específica com a coordenação de cada uma das câmaras para a harmonização das atividades propostas com os recursos disponíveis, incluindo a verificação de potencial articulação entre duas ou mais CTs no desenvolvimento de determinadas atividades.

As discussões realizadas nas reuniões de harmonização, respeitados os conteúdos aprovados pelas CTs, resultaram em uma nova versão dos planos de trabalho. Esta nova versão foi avaliada em conjunto pela coordenação das câmaras técnicas, em reunião realizada na Agência das Bacias PCJ, no final de novembro. O resumo gerencial da versão aprovada nesta reunião é apresentado abaixo.

PLANOS DE TRABALHO ANUAIS DAS CÂMARAS TÉCNICAS DOS COMITÊS PCJ – 2011-2012

O processo de elaboração dos planos de trabalho resultou na proposição de 52 atividades, divididas em 136 ações. A distribuição das atividades e ações, por câmara técnica, é apresentada na Tabela 1.

Tabela 1. Relação do número de atividades e ações propostas nos planos de trabalho anuais das CTs.

CT	Atividades	Ações
Águas Subterrâneas (AS)	3	8
Educação Ambiental (EA)	4	12
Integração e Difusão de Pesquisas e Tecnologias (ID)	6	17
Uso e Conservação da Água na Indústria (IND)	4	4
Monitoramento Hidrológico (MH)	5	12
Outorgas e Licenças (OL)	2	7
Plano de Bacias (PB)	7	19
Recursos Naturais (RN)	9	16
Uso e Conservação da Água no Meio Rural (Rural)	5	23
Saneamento (SA)	4	8
Saúde Ambiental (SAM)	3	10
TOTAL	52	136

Nas Figuras 3 e 4, são apresentados gráficos comparativos com o número de atividades e ações propostas por cada câmara técnica. Observou-se que o número de atividades propostas, por câmara técnica, variou de 2 (CT-OL) a 9 (CT-RN), e o de ações, de 4 (CT-IND) a 23 (CT-Rural).



Figura 3. Gráfico comparativo com a distribuição do número de atividades propostas pela CTs.

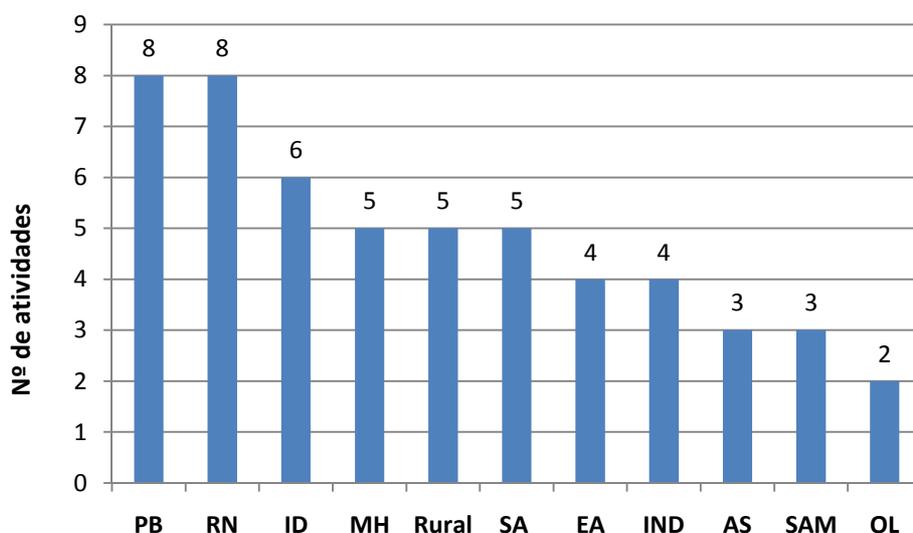
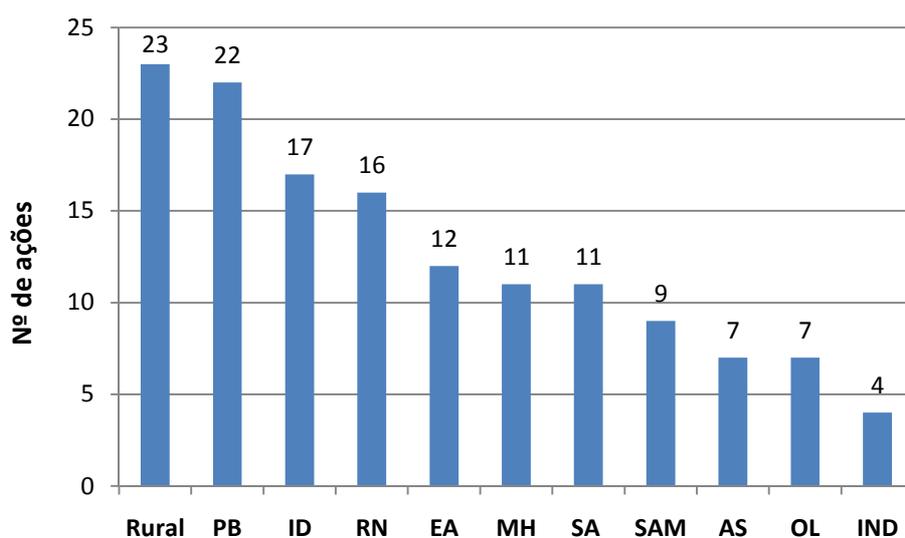


Figura 4. Gráfico comparativo com a distribuição do número de ações propostas pela CTs.



Enquadramento das atividades propostas nos Programas de Duração Continuada (PDCs)

O enquadramento das referidas atividades nos PDCs, previstos no Plano das Bacias PCJ 2010-2020), segue apresentado na Figura 5. Foi incluído, neste enquadramento, mais um item para a classificação das atividades intitulado “Ações de Gestão - AG”, o qual retrata ações voltadas ao aperfeiçoamento operacional das CTs e que não se enquadram no escopo das definições dos PDCs. A lista dos PDCs, complementada pelo item “AG”, segue na Tabela 2.



Tabela 2. Apresentação das classes consideradas para o enquadramento das atividades quanto à sua natureza (PDCs e Ações de Gestão).

Nº do PDC	Temática abordada no Programa de Duração Continuada
1	Base de dados, cadastros, estudos e levantamentos
2	Gerenciamento dos recursos hídricos
3	Recuperação da qualidade dos corpos d'água
4	Conservação e proteção dos corpos d'água
5	Promoção do uso racional dos recursos hídricos
6	Aproveitamento múltiplo dos recursos hídricos
7	Preservação e defesa contra eventos hidrológicos extremos
8	Capacitação técnica, educação ambiental e comunicação social
AG	Ações de gestão

Figura 5. Distribuição percentual das atividades propostas em função dos PDCs previstos no plano de bacias.

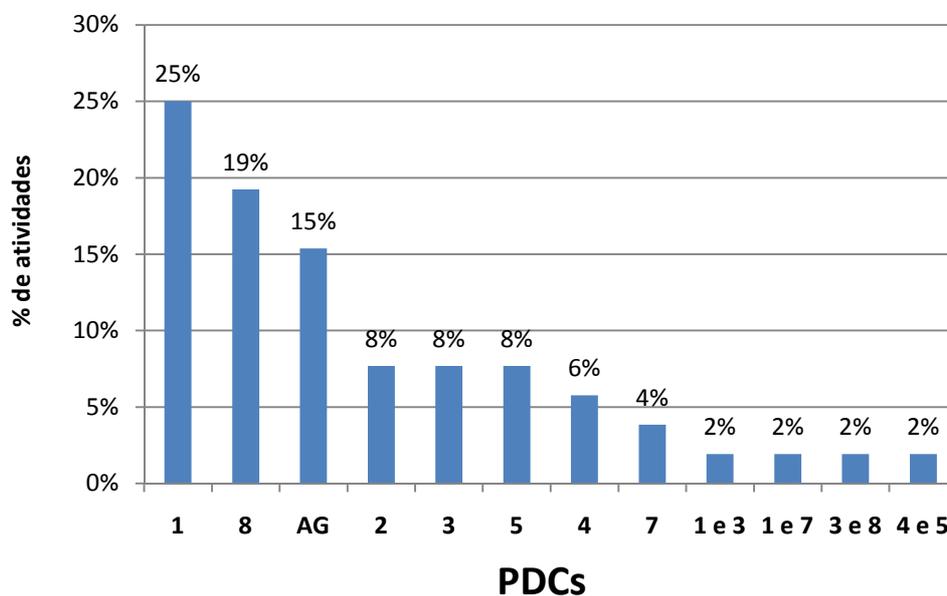


Tabela 3. Número de atividades propostas para os diversos PDCs previstos no plano de bacias.

Nº do PDC	Nº de atividades previstas
1	13
2	4
3	4
4	3
5	4
7	2
8	10
AG	8
1 e 3	1
1 e 7	1
3 e 8	1
4 e 5	1
Total	52



Por meio das informações da Figura 5, constata-se que atividades relacionadas ao PDC 1 representam 29% das atividades propostas. As relacionadas ao PDC 8 agregaram 21% das atividades. Foi também representativo o número de atividades classificadas como “Ação de Gestão”, que alcançou 15% do total.

Classificação dos produtos esperados

Com o objetivo de quantificar a natureza dos produtos a serem obtidos com o desenvolvimento das ações propostas, estes foram classificados conforme a classificação apresentada no Quadro 1. Cabe ressaltar que foram reunidas na categoria “outras ações”, ações como a criação de grupos técnicos, ações internas de divulgação e articulação, aprovação de documentos e relatórios, entre outras, que não se enquadraram nas outras classes em função de sua intangibilidade ou mesmo difícil mensuração.

Quadro 1. Classificação dos produtos esperados em classes (A a D) e categorias (1 a 9).

A. Gerenciamento e articulação institucional
1. Diretrizes institucionais, setoriais ou temáticas;
2. Minuta de deliberação/moção dos Comitês PCJ;
3. Acordos e parcerias interinstitucionais (Termo de Cooperação/Protocolo de Intenções/Convênio).
B. Eventos e divulgação
4. Publicações;
5. Seminário/workshop/palestra/oficina/curso.
C. Estudos e Projetos
6. Relatório técnico/estudo/projeto/levantamento/cadastro;
7. Termo de Referência;
8. Empreendimento de Demanda Induzida.
D. Outras ações
9. Ação voltada à organização interna da CT ou que não se enquadra nos itens especificados acima.

Na Figura 6, é apresentada a porcentagem relativa a cada uma das categorias descritas no Quadro 1. Na Figura 7, segue a distribuição das ações em função das mesmas categorias, mas explicitando a câmara técnica proponente.



Figura 6. Distribuição dos produtos esperados em função das classes.

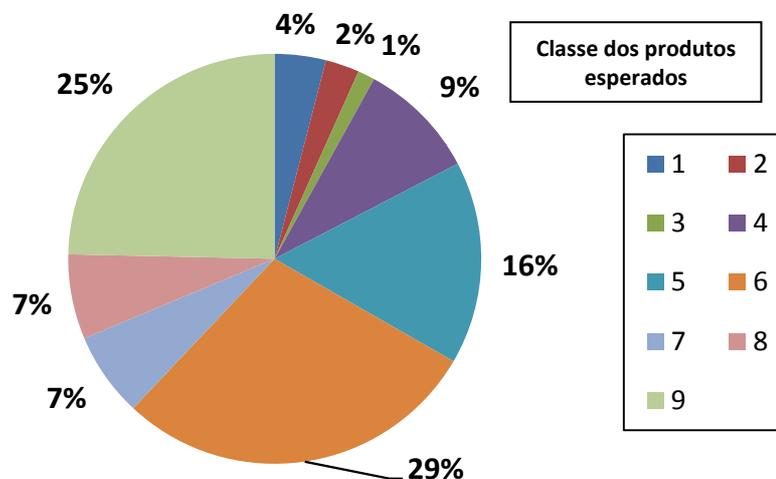
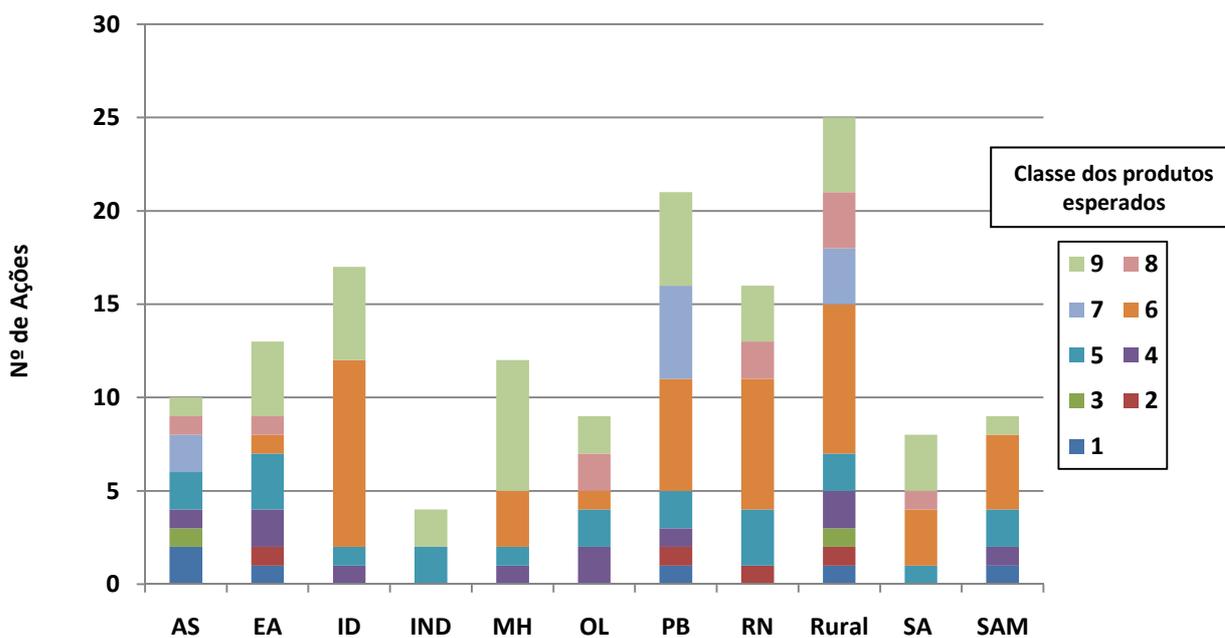


Figura 7. Distribuição dos produtos esperados em função das classes e das CTs.



A quantificação das ações propostas pelas CTs, em função da classificação de seus produtos esperados nas categorias “gerenciamento e articulação institucional”, “eventos e publicações”, “estudos e projetos” e “outras ações” (detalhadas em nove classes no Quadro 1), é apresentada nas Tabelas 4 a 7.



Tabela 4. Quantificação das ações relativas à classe “gerenciamento e articulação institucional”.

Classe dos produtos	AS	EA	ID	IND	MH	OL	PB	RN	Rural	SA	SAM	Total
GERENCIAMENTO E ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL												
1. Diretrizes institucionais, setoriais ou temáticas	2	1	-	-	-	-	1	-	1	-	1	6
2. Minuta de deliberação/moção dos Comitês PCJ	-	1	-	-	-	-	1	1	1	-	-	4
3. Acordos e parcerias interinstitucionais (Termo de Cooperação/Protocolo de Intenções/Convênio)	1	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	2
TOTAL	3	2	-	-	-	-	2	1	3	-	1	12

Tabela 5. Quantificação das ações relativas à classe “eventos e publicações”.

Classe dos produtos	AS	EA	ID	IND	MH	OL	PB	RN	Rural	SA	SAM	Total
EVENTOS E PUBLICAÇÕES												
4. Publicações	1	2	1	-	1	2	1	-	2	-	4	14
5. Seminário/workshop/palestra/oficina/curso	2	3	1	2	1	2	2	3	2	1	5	24
TOTAL	3	5	2	2	2	4	3	3	4	1	3	38

Tabela 6. Quantificação das ações relativas à classe “estudos e projetos”.

Classe dos produtos	AS	EA	ID	IND	MH	OL	PB	RN	Rural	SA	SAM	Total
ESTUDOS E PROJETOS												
6. Relatório técnico/estudo/projeto/ levantamento/cadastro	-	1	10	-	3	1	6	7	8	3	4	43
7. Termo de Referência	2	-	-	-	-	-	5	-	3	-	-	10
8. Empreendimento de Demanda Induzida	1	1	-	-	-	2	-	2	3	1	-	10
TOTAL	3	2	10	-	3	3	11	9	14	4	4	63

Tabela 7. Quantificação das ações relativas à classe “outras ações”.

Classe das demandas	AS	EA	ID	IND	MH	OL	PB	RN	Rural	SA	SAM	Total
OUTRAS AÇÕES												
	1	4	5	2	7	2	5	3	4	3	1	37

CONSIDERAÇÕES GERAIS E PERSPECTIVAS

O planejamento das atividades das CTs, além de fundamental para a organização e eficiência dos trabalhos desenvolvidos pelas mesmas, trata-se de esforço adicional empreendido pelos Comitês PCJ para o cumprimento das disposições do Plano das Bacias PCJ 2010-2020, documento norteador das ações no âmbito destes Comitês.

As atividades e ações propostas seguem, na íntegra, ao final do texto.



Do número total de atividade propostas (52), 45 enquadram-se em pelo menos um PDC (as 7 restantes enquadram-se como “Ações de Gestão”), sendo suas ações voltadas a subprogramas específicos e relacionadas às ações elegíveis constantes do plano de bacias. A listagem dos 23 subprogramas contemplados nas atividades propostas segue na Tabela 8, abaixo.

Tabela 8. Subprogramas contemplados nas atividades propostas pelas CTs

Programas de Duração Continuada							
1	2	3	4	5	7	8	
1.05				5.01	7.01		
1.06	2.01	3.01	4.01	5.04	7.03	8.01	
1.08	2.02	3.04	4.02	5.05	7.04	8.03	
1.09	2.05	3.05		5.06	7.07		
1.14							

A avaliação dos produtos esperados demonstra uma previsão de 24 eventos para o período de vigência dos planos de trabalho. Tais eventos, além de proporcionarem a discussão de questões relevantes para o fomento e implementação de políticas públicas voltadas à recuperação e conservação das águas nas Bacias PCJ, consistem em oportunidade de divulgação, para a sociedade, das ações realizadas pelos Comitês PCJ e de difusão sobre suas atribuições e competências.

É importante destacar, também, o número previsto de levantamentos, estudos, termos de referência e projetos de demanda induzida, que totaliza 63 produtos dessa natureza. Tais ações, principalmente as classificadas como relatórios técnicos, estudos, projetos, levantamentos e cadastros, constituem ferramentas importantes para a ação das próprias câmaras, enquanto diagnóstico e embasamento técnico para o planejamento de ações futuras. Os dez produtos classificados como “termos de referência” e, principalmente, os dez classificados como “projetos de demanda induzida”, poderão contribuir, sobremaneira, para a implementação de estudos e ações de caráter regional, voltadas ao aprimoramento do processo de gestão dos recursos hídricos.

Por fim, a elaboração e divulgação dos Planos de Trabalho anuais das Câmaras Técnicas representam a externalização de compromissos dos Comitês PCJ, em particular de suas instâncias consultivas – câmaras técnicas, que abrigam hoje cerca de 600 pessoas – com o aprimoramento contínuo das ações de gestão, conservação e recuperação das águas nas Bacias PCJ.

Dezembro de 2011,

SECRETARIA EXECUTIVA DOS COMITÊS PCJ

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CÂMARA TÉCNICA DE ÁGUAS SUBTERRÂNEAS

Plano de Trabalho: Detalhamento das atividades 2011-2012

ATIVIDADE Nº 01

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE			
Título: CADASTRAMENTO DE POÇOS CLANDESTINOS E PLANO DE CONSCIENTIZAÇÃO DOS USUÁRIOS DE RECURSOS HÍDRICOS SUBTERRÂNEOS E DAS COMPANHIAS PERFURADORAS DE POÇOS A RESPEITO DA IMPORTÂNCIA/NECESSIDADE DA OBTENÇÃO DA LICENÇA DE EXECUÇÃO E DA OUTORGA DE DIREITO DE USO, JUNTO AO DAEE.			
Justificativa: Há necessidade de diminuir a incidência de perfuração de poços clandestinos, auxiliando na gestão quantitativa e qualitativa dos recursos hídricos subterrâneos.			
Subprograma em que se enquadra: PDC 1 – Base de dados, Cadastros, Estudos e Levantamentos. Subprograma 1.09 – Cadastramento e Regularização de Outorga de Poços.			
Descrição das Ações Previstas		Produtos Esperados	Prazo para Desenvolvimento (em meses)
A	REUNIÕES ESPECÍFICAS DA CT-AS/DEBATES.	Formatação de folder e site dos textos normativos e diretrizes de ação sobre águas subterrâneas	10
B	REUNIÕES ESPECÍFICAS COM REPRESENTANTES DAS COMPANHIAS DE SANEAMENTO/SERVIÇOS AUTÔNOMOS DE ÁGUA E ESGOTO E DAS EMPRESAS DE PERFURAÇÃO MAIS ATUANTES NA UGRHI 05.	Banco de dados com informações fornecidas pelos convidados e formalização de parceria para um processo contínuo de obtenção das licenças de perfuração e outorga	7
C	SEMINÁRIO: AS ÁGUAS SUBTERRÂNEAS NAS BACIAS PCJ.	Seminário	3

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CÂMARA TÉCNICA DE ÁGUAS SUBTERRÂNEAS

Plano de Trabalho: Detalhamento das atividades 2011-2012

ATIVIDADE Nº 02

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE			
Título: MONITORAMENTO DA SUPERFÍCIE POTENCIOMÉTRICA E A DETERMINAÇÃO DO FLUXO SUBTERRÂNEO NO AQUÍFERO TUBARÃO.			
Justificativa: Necessidade do conhecimento da superfície potenciométrica do Aquífero Tubarão na UGHRI 05, servindo de base para o plano de gestão dos recursos hídricos subterrâneos na prevenção de contaminação da água subterrânea e rebaixamento da superfície potenciométrica.			
Subprograma em que se enquadra: PDC 1 – Base de dados, Cadastros, Estudos e Levantamentos. Subprograma 1.02– Estudos, projetos e levantamentos para apoio ao Sistema de Planejamento de recursos hídricos.			
	Descrição das Ações Previstas	Produtos Esperados	Prazo para Desenvolvimento (em meses)
A	DISCUSSÃO DA PROPOSTA.	Criação do GT-Controle	1
B	ELABORAÇÃO DE TERMO DE REFERÊNCIA.	Termo de Referência	10

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CÂMARA TÉCNICA DE ÁGUAS SUBTERRÂNEAS

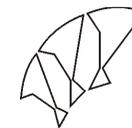
Plano de Trabalho: Detalhamento das atividades 2011-2012

ATIVIDADE Nº 03

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE			
Título: MAPEAMENTO DAS PRINCIPAIS ÁREAS DE RECARGA DOS AQUÍFEROS NAS SUB-BACIAS DOS RIOS CORUMBATAÍ E BAIXO JAGUARI.			
Justificativa: A necessidade de identificação das principais áreas de recarga dos Aquíferos Tubarão, Cristalino e Guarani, fomentando diretrizes para o uso e ocupação do solo nessas áreas.			
Subprograma em que se enquadra: PDC 1 – Base de dados, Cadastros, Estudos e Levantamentos. Subprograma 1.02 – Estudos, projetos e levantamentos para apoio ao Sistema de Planejamento de Recursos Hídricos.			
	Descrição das Ações Previstas	Produtos Esperados	Prazo para Desenvolvimento (em meses)
A	ELABORAÇÃO DE TERMO DE REFERÊNCIA.	Termo de Referência	9
B	SEMINÁRIO SOBRE RECARGA DOS AQUÍFEROS NAS SUB-BACIAS DOS RIOS CORUMBATAÍ E DO BAIXO JAGUARI.	Seminário	2

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CÂMARA TÉCNICA DE ÁGUAS SUBTERRÂNEAS

Cronograma de execução das atividades do Plano de Trabalho anual 2011-2012

Atividade	Ações	2011					2012						
		Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul
1	A			X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	B				X		X		X		X		
	C				X	X	X						
2	A			X									
	B			X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
3	A			X	X	X	X	X	X	X	X	X	
	B								X	X			

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CÂMARA TÉCNICA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Plano de Trabalho: Detalhamento das atividades 2011-2012

ATIVIDADE Nº 1

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE			
Título: CAPACITAÇÃO SOBRE OS INSTRUMENTOS DE GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS, COM ÊNFASE NO ENQUADRAMENTO DOS CORPOS D'ÁGUA, ENVOLVENDO AS DIRETORIAS DE ENSINO (DEs) PERTENCENTES À SUB-BACIA DO RIO CAPIVARI. DEMANDA INDUZIDA: "O PLANO DE BACIAS NA ESCOLA: O RIO QUE TEMOS, O RIO QUE QUEREMOS E O RIO QUE PODEMOS TER".			
Justificativa: Esta articulação se faz necessária para mobilização de pessoas que aprendem ensinando e ensinam aprendendo nas Bacias PCJ para a gestão dos recursos hídricos.			
Subprograma em que se enquadra: PDC 8 – Capacitação Técnica, Educação Ambiental e Comunicação Social. Subprograma 8.01 – Treinamento e capacitação, educação ambiental e comunicação social alusivos à gestão de recursos hídricos.			
Descrição das Ações Previstas		Produtos Esperados	Prazo para Desenvolvimento (em meses)
A	DISCUSSÃO SOBRE A PROPOSTA.	Criação do GT-Demanda Induzida	1
B	ELABORAÇÃO DO PROJETO DE DEMANDA INDUZIDA EM CONJUNTO COM AS DEs.	Projeto de Demanda Induzida	3

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CÂMARA TÉCNICA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Plano de Trabalho: Detalhamento das atividades 2011-2012

ATIVIDADE Nº 2

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE			
Título: OFICINA DE CAPACITAÇÃO DOS MEMBROS DA CT-EA, COM ÊNFASE NA LEITURA DAS PRIORIDADES ESTABELECIDAS PELO PLANO DAS BACIAS PCJ 2010-2020.			
Justificativa: Fomentar projetos de educação ambiental a serem realizados pelos membros da CT-EA com ênfase nas prioridades estabelecidas pelo Plano de Bacias PCJ 2010-2020.			
Subprograma em que se enquadra: PDC 8 – Capacitação Técnica, Educação Ambiental e Comunicação Social. Subprograma 8.01 – Treinamento e capacitação, educação ambiental e comunicação social alusivos à gestão de recursos hídricos.			
Descrição das Ações Previstas		Produtos Esperados	Prazo para Desenvolvimento (em meses)
A	DISCUSSÃO SOBRE A PROPOSTA.	Criação do GT-Plano de Bacias	1
B	DEFINIÇÃO DO CONTEÚDO, ELABORAÇÃO DO MATERIAL DE APOIO E REALIZAÇÃO DA OFICINA.	Oficina	4
C	AVALIAÇÃO DA OFICINA.	Relatório sobre possíveis ações educativas integradas ao Plano das Bacias PCJ 2010-2020 e revisão dos critérios para análise de empreendimentos de EA, no âmbito da CT-EA	3
D	ELABORAÇÃO DE DOCUMENTO PELA CT-EA, COM REVISÃO DO PROGRAMA DE EA APROVADO PELA CT-EA EM 2004.	Minutas de deliberação dos Comitês PCJ, textos normativos e diretrizes de ação	4

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CÂMARA TÉCNICA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Plano de Trabalho: Detalhamento das atividades 2011-2012

ATIVIDADE Nº 3

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE			
Título: OFICINA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL COM VISTAS À ORGANIZAÇÃO DE BANCO DE PROJETOS A SEREM DESENVOLVIDOS COM UTILIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS DO FEHIDRO/COBRANÇAS PCJ E DE OUTRAS FONTES DE FINANCIAMENTO.			
Justificativa: Conhecer a sistemática de análise técnica de projetos de EA pelos agentes técnicos, conforme as especificações do manual do FEHIDRO e outras fontes de financiamento, observando as orientações do Plano das Bacias PCJ 2010-2020.			
Subprograma em que se enquadra: PDC 8 – Capacitação Técnica, Educação Ambiental e Comunicação Social. Subprograma 8.01 – Treinamento e capacitação, educação ambiental e comunicação social alusivos à gestão de recursos hídricos.			
	Descrição das Ações Previstas	Produtos Esperados	Prazo para Desenvolvimento (em meses)
A	DISCUSSÃO DA PROPOSTA.	Criação do GT-Projetos	1
B	DEFINIÇÃO DO CONTEÚDO, ELABORAÇÃO DO MATERIAL DE APOIO E REALIZAÇÃO DA OFICINA.	Oficina	10
C	AVALIAÇÃO DAS OFICINAS.	Material de divulgação dos resultados das oficinas	1

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CÂMARA TÉCNICA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Plano de Trabalho: Detalhamento das atividades 2011-2012

ATIVIDADE Nº 4

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE			
Título: SEMINÁRIO DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE EA NAS BACIAS PCJ, COM ÊNFASE NO PAPEL DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA AMBIENTAL VOLTADA PARA A GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS.			
Justificativa: Em 2013, faz 10 anos da criação da CT-EA. Nesta perspectiva, é importante refletir sobre os avanços e perspectivas da EA nas Bacias PCJ.			
Subprograma em que se enquadra: PDC 8 – Capacitação Técnica, Educação Ambiental e Comunicação Social. Subprograma 8.03 – Fomento à realização de cursos e seminários de atualização, aperfeiçoamento e especialização em recursos hídricos - Promoção de cursos, seminários de atualização em recursos hídricos.			
Descrição das Ações Previstas		Produtos Esperados	Prazo para Desenvolvimento (em meses)
A	DISCUSSÃO DA PROPOSTA.	Criação do GT-Seminário	1
B	DEFINIÇÃO DO CONTEÚDO, ELABORAÇÃO DO MATERIAL DE APOIO E REALIZAÇÃO DO SEMINÁRIO.	Seminário	9
C	AVALIAÇÃO DO EVENTO E PRODUÇÃO DE TEXTOS NORMATIVOS, DIRETRIZES DE AÇÃO, PUBLICAÇÕES E MATERIAL DE DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS.	Textos normativos, diretrizes de ação, publicações e material de divulgação dos resultados	2

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CÂMARA TÉCNICA DE INTEGRAÇÃO E DIFUSÃO DE PESQUISAS E TECNOLOGIAS

Plano de Trabalho: Detalhamento das atividades 2011-2012

ATIVIDADE Nº 1

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE			
Título: ACOMPANHAMENTO DO PROJETO PIRACENA 2.			
Justificativa: Por ser uma câmara técnica voltada para pesquisa, o acompanhamento técnico da CT-ID no projeto que será desenvolvido pelo CENA/USP nas bacias PCJ é de grande importância, além do fato deste projeto ser uma demanda induzida desta câmara técnica.			
Subprograma em que se enquadra: PDC 1 – Bases de dados, cadastros, estudos e levantamentos. Subprograma 1.06 – Divulgação de dados da quantidade e qualidade de recursos hídricos, e de operação de reservatórios.			
Descrição das Ações Previstas		Produtos Esperados	Prazo para Desenvolvimento (em meses)
A	APRESENTAÇÃO SOBRE O ANDAMENTO DO PROJETO COM UM RELATÓRIO TÉCNICO SEMESTRAL.	Relatório aprovado	10
B	INCLUSÃO DESTA ATIVIDADE NAS ATAS DAS REUNIÕES.	Atas contendo estado da arte do projeto	10

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CÂMARA TÉCNICA DE INTEGRAÇÃO E DIFUSÃO DE PESQUISAS E TECNOLOGIAS

Plano de Trabalho: Detalhamento das atividades 2011-2012

ATIVIDADE Nº 2

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE			
Título: CURSO PARA A PADRONIZAÇÃO DOS CRITÉRIOS DE CÁLCULO DE PERDAS JUNTO AOS MUNICÍPIOS.			
Justificativa: Com o objetivo de difundir ciência e novas tecnologias, é proposta esta atividade para capacitar técnicos de municípios localizados na bacia quanto à qualidade da água, sistemas de tratamento de água e controle de perdas na distribuição.			
Subprograma em que se enquadra: PDC 8 – Capacitação Técnica, Educação Ambiental e Comunicação Social. Subprograma 8.03 – Fomento à realização de cursos e seminários de atualização, aperfeiçoamento e especialização em recursos hídricos.			
Descrição das Ações Previstas		Produtos Esperados	Prazo para Desenvolvimento (em meses)
A	LEVANTAMENTO DO INTERESSE DOS MUNICÍPIOS EM CURSOS TÉCNICOS (NECESSIDADES E LIMITAÇÕES).	Relatório	2
B	LEVANTAMENTO DOS PLANOS MUNICIPAIS DE SANEAMENTO, DOS DADOS DO PROGRAMA “MUNICÍPIO VERDE AZUL” E DE INFORMAÇÕES SOBRE AS METODOLOGIAS DE CÁLCULO DOS MUNICÍPIOS.	Relatório e banco de dados	2
C	DEFINIÇÃO DA PROGRAMAÇÃO E ATIVIDADES DO CURSO.	Projeto do curso	5

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CÂMARA TÉCNICA DE INTEGRAÇÃO E DIFUSÃO DE PESQUISAS E TECNOLOGIAS

Plano de Trabalho: Detalhamento das atividades 2011-2012

ATIVIDADE Nº 3

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE			
Título: LEVANTAMENTO DOS INSTITUTOS DE PESQUISA QUE TRABALHEM NAS BACIAS PCJ E BUSCA POR NOVOS MEMBROS.			
Justificativa: A necessidade de novos membros na CT-ID é clara. Em busca destes membros é proposta esta atividade que pretende atrair as instituições de pesquisa localizadas nas bacias PCJ a participarem das discussões realizadas por esta câmara.			
Subprograma em que se enquadra: PDC 1 – Bases de dados, cadastros, estudos e levantamentos. Subprograma 1.02 – Estudos, projetos e levantamentos para apoio ao Sistema de Planejamento de recursos hídricos.			
	Descrição das Ações Previstas	Produtos Esperados	Prazo para Desenvolvimento (em meses)
A	LEVANTAMENTO DAS INSTITUIÇÕES.	Dados sistematizados	1
B	LEVANTAMENTO DOS TRABALHOS EM RECURSOS HÍDRICOS REALIZADOS PELAS INSTITUIÇÕES MAPEADAS.	Dados sistematizados	1
C	REALIZAÇÃO DE VISITAS PARA FORMALIZAR OS CONVITES DE PARTICIPAÇÃO NA CT-ID.	Visitas	6
D	ELABORAR UMA PROPOSTA PARA AS INSTITUIÇÕES, TORNANDO-SE ASSIM A PARTICIPAÇÃO NA CT-ID UM BENEFÍCIO À INSTITUIÇÃO.	Documentos com as propostas	1
E	REALIZAR PALESTRAS PARA DIFUNDIR A CT-ID.	Palestras	7

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CÂMARA TÉCNICA DE INTEGRAÇÃO E DIFUSÃO DE PESQUISAS E TECNOLOGIAS

Plano de Trabalho: Detalhamento das atividades 2011-2012

ATIVIDADE Nº 4

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE			
Título: SEMINÁRIOS DE DIFUSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA.			
Justificativa: Como demanda do programa de duração continuada (PDC 8), a realização de seminários é fundamental para a evolução dos conhecimentos técnicos dos usuários de água das bacias PCJ. Assim, a CT-ID pretende realizar esta atividade.			
Subprograma em que se enquadra: PDC 8 – Capacitação Técnica, Educação Ambiental e Comunicação Social. Subprograma 8.03 – Fomento à realização de cursos e seminários de atualização, aperfeiçoamento e especialização em recursos hídricos.			
Descrição das Ações Previstas		Produtos Esperados	Prazo para Desenvolvimento (em meses)
A	LEVANTAMENTO DOS TEMAS PERTINENTES.	Relatório	2
B	PROPOR DATAS, LOCAIS E PÚBLICO ALVO DOS SEMINÁRIOS.	Relatório com definição da programação e custos envolvidos	2

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CÂMARA TÉCNICA DE INTEGRAÇÃO E DIFUSÃO DE PESQUISAS E TECNOLOGIAS

Plano de Trabalho: Detalhamento das atividades 2011-2012

ATIVIDADE Nº 5

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE			
Título: INTEGRAÇÃO ENTRE AS CÂMARAS TÉCNICAS DOS COMITÊS PCJ.			
Justificativa: A integração entre as câmaras técnicas dos comitês PCJ é ainda incipiente. Assim, a CT-ID por meio desta atividade, pretende buscar uma efetiva integração de forma que as necessidades e as atividades em andamento sejam difundidas e utilizadas para evitar superposição e atividades paralelas.			
Subprograma em que se enquadra: Ação de gestão.			
Descrição das Ações Previstas		Produtos Esperados	Prazo para Desenvolvimento (em meses)
A	CONTATO COM OS COORDENADORES DAS DEMAIS CTs.	Contato realizado	1
B	ELABORAÇÃO DE UM RELATÓRIO CONTENDO AS ATIVIDADES E AS NECESSIDADES DE CADA CT.	Relatório para divulgação bimestral pelo Boletim de Notícias e Informes (SE/PCJ)	7

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CÂMARA TÉCNICA DE INTEGRAÇÃO E DIFUSÃO DE PESQUISAS E TECNOLOGIAS

Plano de Trabalho: Detalhamento das atividades 2011-2012

ATIVIDADE Nº 6

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE			
Título: DIVULGAÇÃO DE PUBLICAÇÕES EM RECURSOS HÍDRICOS			
Justificativa: Como atribuição da CT-ID, tem-se a difusão de pesquisas. Sendo as publicações científicas a maneira utilizada para esta função, pretende-se com esta atividade entrar em contato com as principais bibliotecas presentes nas bacias PCJ e propor uma colaboração para a divulgação de trabalhos voltados aos recursos hídricos.			
Subprograma em que se enquadra ¹ : PDC 8 – Capacitação Técnica, Educação Ambiental e Comunicação Social. Subprograma 8.01 – Treinamento e capacitação, educação ambiental e comunicação social alusivos à gestão de recursos hídricos.			
	Descrição das Ações Previstas	Produtos Esperados	Prazo para Desenvolvimento (em meses)
A	LEVANTAMENTO DAS PRINCIPAIS BIBLIOTECAS DAS BACIAS PCJ.	Dados sistematizados	4
B	ELABORAÇÃO DE UM FOLDER PARA OS BIBLIOTECÁRIOS COM AS INTENÇÕES DA CT-ID.	Folders	3
C	VISITAS E REUNIÕES COM BIBLIOTECÁRIOS.	Visitas realizadas	4

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CÂMARA TÉCNICA DE INTEGRAÇÃO E DIFUSÃO DE PESQUISAS E TECNOLOGIAS

Cronograma de execução das atividades do Plano de Trabalho anual 2011-2012

Atividade	Ações	2011					2012						
		Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul
1	A			X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	B			X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
2	A		X	X									
	B			X	X								
	C				X	X	X	X	X				
3	A		X										
	B			X									
	C			X	X	X	X	X	X				
	D			X									
	E						X	X	X	X	X	X	X
4	A		X	X									
	B			X	X								
5	A		X										
	B						X	X	X	X	X	X	X
6	A			X	X	X	X						
	B						X	X	X				
	C								X	X	X	X	

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CÂMARA TÉCNICA DE USO E CONSERVAÇÃO DA ÁGUA NA INDÚSTRIA

Plano de Trabalho: Detalhamento das atividades 2011-2012

ATIVIDADE Nº 1

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE			
Título: ESTUDO SOBRE A COBRANÇA, TARIFAS E DE SEUS IMPACTOS E ACOMPANHAMENTO DA SUA APLICAÇÃO			
Justificativa: O Plano das Bacias aprovado menciona a necessidade de estudos complementares.			
Subprograma em que se enquadra: PDC 2 – Gerenciamento dos recursos hídricos. Subprograma 2.02 – Estudos para implementação da cobrança, tarifas, e de seus impactos e acompanhamento da sua implementação.			
	Descrição das Ações Previstas	Produtos Esperados	Prazo para Desenvolvimento (em meses)
A	ACOMPANHAR OS ESTUDOS E REUNIÕES QUE ESTÃO SENDO REALIZADOS NO GT-COBANÇA, DA CT-PB.	Revisão dos valores de cobrança e definição de mecanismos para agilizar a aplicação dos recursos das cobranças pelo uso de recursos hídricos	11

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CÂMARA TÉCNICA DE USO E CONSERVAÇÃO DA ÁGUA NA INDÚSTRIA

Plano de Trabalho: Detalhamento das atividades 2011-2012

ATIVIDADE Nº 2

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE			
Título: APOIO À LOCALIZAÇÃO INDUSTRIAL MEDIANTE DIFUSÃO DE INFORMAÇÕES SOBRE AS DISPONIBILIDADES HÍDRICAS E O ENQUADRAMENTO DOS CORPOS D'ÁGUA, NOS LOCAIS DE INTERESSE PARA CAPTAÇÃO DE ÁGUAS E LANÇAMENTOS, CONSIDERANDO AS ÁREAS CRÍTICAS.			
Justificativa: O Plano das Bacias aprovado menciona a necessidade de apoio.			
Subprograma em que se enquadra: PDC 5 – Promoção do uso racional dos recursos hídricos. Subprograma 5.05 - Apoio à localização industrial.			
	Descrição das Ações Previstas	Produtos Esperados	Prazo para Desenvolvimento (em meses)
A	BUSCAR, JUNTO À AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ E DAEE, APOIO TÉCNICO COM INFORMAÇÕES SOBRE LOCALIZAÇÕES PARA INSTALAÇÕES DE INDÚSTRIAS EM ÁREAS CRÍTICAS.	Programação de um seminário técnico sobre o assunto	6

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CÂMARA TÉCNICA DE USO E CONSERVAÇÃO DA ÁGUA NA INDÚSTRIA

Plano de Trabalho: Detalhamento das atividades 2011-2012

ATIVIDADE Nº 3

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE			
Título: APOIO À TROCA E AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, DIFUSÃO DE INFORMAÇÕES SOBRE REUSO, RECIRCULAÇÃO E EQUIPAMENTOS / PROCESSOS QUE ECONOMIZEM ÁGUA, INCENTIVANDO A SUA UTILIZAÇÃO RACIONAL NAS ATIVIDADES INDUSTRIAIS.			
Justificativa: O Plano das Bacias aprovado menciona a necessidade de apoio.			
Subprograma em que se enquadra ¹ : PDC 5 – Promoção do uso racional dos recursos hídricos. Subprograma 5.06 - Apoio a empreendimentos e difusão de informações sobre recirculação e processos que economizem água em atividades industriais.			
	Descrição das Ações Previstas	Produtos Esperados	Prazo para Desenvolvimento (em meses)
A	BUSCAR, JUNTO A AGÊNCIA DE ÁGUAS, EMPRESAS E ENTIDADES DE CLASSE APOIO TÉCNICO COM INFORMAÇÕES SOBRE REUSO E RECIRCULAÇÃO DE ÁGUA.	Programação de um seminário técnico que aborde os temas	6

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CÂMARA TÉCNICA DE USO E CONSERVAÇÃO DA ÁGUA NA INDÚSTRIA

Plano de Trabalho: Detalhamento das atividades 2011-2012

ATIVIDADE Nº 4

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE			
Título: PROJETO E IMPLANTAÇÃO DE MEDIDAS PARA ADEQUAÇÃO DE ETES INDUSTRIAIS VISANDO ATENDIMENTO AO ENQUADRAMENTO ESTABELECIDO NO PLANO.			
Justificativa: O Plano das Bacias aprovado menciona a necessidade de tratamento de efluentes e disposição final de resíduos.			
Subprograma em que se enquadra: PDC 3 – Recuperação da qualidade dos corpos d'água. Subprograma 3.04 - Tratamento de efluentes dos sistemas de disposição final dos resíduos sólidos urbanos, e das fontes difusas de poluição.			
	Descrição das Ações Previstas	Produtos Esperados	Prazo para Desenvolvimento (em meses)
A	BUSCAR, JUNTO A AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ, EMPRESAS E ENTIDADES DE CLASSE APOIO TÉCNICO COM INFORMAÇÕES SOBRE TRATAMENTO DE EFLUENTES.	Informações fidedignas e atuais sobre tratamento de efluentes	9

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CÂMARA TÉCNICA DE USO E CONSERVAÇÃO DE ÁGUA NA INDÚSTRIA

Cronograma de execução das atividades do Plano de Trabalho anual 2011-2012

Atividade	Ações	2011					2012						
		Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul
1	A		X	X	X			X	X	X	X	X	X
2	A							X	X	X	X	X	X
3	A							X	X	X	X	X	X
4	A				X			X	X	X	X	X	X

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CÂMARA TÉCNICA DE MONITORAMENTO HIDROLÓGICO

Plano de Trabalho: Detalhamento das atividades 2011-2012

ATIVIDADE Nº 01

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE			
Título: MONITORAMENTO HIDROLÓGICO			
Justificativa: Acompanhamento das vazões dos corpos d'água e manobras das descargas do Sistema Cantareira para vazões adequadas às bacias PCJ			
Subprograma em que se enquadra: PDC 1 – Base de Dados, Cadastros e Levantamentos. Subprograma 1.06 – Divulgação de dados da quantidade e qualidade dos recursos hídricos, e de operação de reservatórios. PDC 7 – Preservação e defesa contra eventos extremos. Subprogramas 7.07 – Monitoramento dos indicadores de estiagem prolongada; 7.03 – Operação de sistemas de alerta, radares meteorológicos e redes telemétricas; e 7.04 – Apoio às medidas não estruturais contra inundações e apoio às atividades de Defesa Civil.			
Descrição das Ações Previstas		Produtos Esperados	Prazo para Desenvolvimento (em meses)
A	MONITORAMENTO DIÁRIO DA REDE TELEMÉTRICA.	Divulgação no âmbito da CTMH	12
B	REUNIÕES MENSAIS PARA ELABORAÇÃO DAS PROPOSTAS PARA DESCARGAS DO SISTEMA CANTAREIRA.	Melhoria da qualidade e da disponibilidade da água em períodos de estiagem e controle de cheias nos períodos chuvosos	12
C	SOLICITAÇÃO DE MANOBRAS DE DISPOSITIVOS DE DESCARGAS DO SISTEMA CANTAREIRA PARA AS BACIAS PCJ.	Melhoria da qualidade e da disponibilidade da água em períodos de estiagem e controle de cheias nos períodos chuvosos	12

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CÂMARA TÉCNICA DE MONITORAMENTO HIDROLÓGICO

Plano de Trabalho: Detalhamento das atividades 2011-2012

ATIVIDADE Nº 02

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE			
Título: GRUPO DE TRABALHO PARA ACOMPANHAMENTO DA REDE TELEMÉTRICA			
Justificativa: Modernização e operação da rede telemétrica para medição de vazão e qualidade.			
Subprograma em que se enquadra: PDC 1 – Base de Dados, Cadastros, Estudos e Levantamentos. Subprograma 1.05 – Operação da rede básica hidrológica, piezométrica e de qualidade das águas.			
	Descrição das Ações Previstas	Produtos Esperados	Prazo para Desenvolvimento (em meses)
A	MANUTENÇÃO DA REDE TELEMÉTRICA EXISTENTE.	Manutenção da rede telemétrica existente em operação	12
B	VERIFICAÇÃO DE LOCAIS PARA INSTALAÇÃO DE NOVOS POSTOS.	Aumento da Rede Telemétrica existente	2
C	ACOMPANHAMENTO DA INSTALAÇÃO DOS NOVOS POSTOS DE MONITORAMENTO DE QUANTIDADE E QUALIDADE.	Aumento da Rede Telemétrica existente	4

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CÂMARA TÉCNICA DE MONITORAMENTO HIDROLÓGICO

Plano de Trabalho: Detalhamento das atividades 2011-2012

ATIVIDADE Nº 03

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE			
Título: GRUPO DE TRABALHO PARA ACOMPANHAMENTO DE PROJETOS DE BARRAGENS			
Justificativa: Acompanhamento de projetos em andamento e proposta de novos projetos nas bacias PCJ.			
Subprograma em que se enquadra: PDC 5 – Promoção do uso racional dos recursos hídricos. Subprograma 5.01 – Racionalização do Uso da Água no Sistema de Abastecimento Urbano.			
	Descrição das Ações Previstas	Produtos Esperados	Prazo para Desenvolvimento (em meses)
A	ACOMPANHAMENTO NA ELABORAÇÃO DO PROJETO DAS BARRAGENS EM DUAS PONTES E PEDREIRA.	Projeto básico	5

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CÂMARA TÉCNICA DE MONITORAMENTO HIDROLÓGICO

Plano de Trabalho: Detalhamento das atividades 2011-2012

ATIVIDADE Nº 04

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE			
Título: FOMENTAR A IMPLEMENTAÇÃO DE UM RADAR METEOROLÓGICO NAS BACIAS PCJ			
Justificativa: Obter financiamento para instalação de um Radar Meteorológico nas bacias PCJ para melhorar a qualidade dos dados da Rede Telemétrica			
Subprograma em que se enquadra: PDC 7 – Preservação e Defesa Contra Eventos Extremos. Subprograma 7.03 – Operação de sistemas de alerta, radares meteorológicas e redes telemétricas.			
	Descrição das Ações Previstas	Produtos Esperados	Prazo para Desenvolvimento (em meses)
A	CRIAÇÃO DE UM GRUPO DE TRABALHO E REUNIÕES MENSAS.	Grupo de Trabalho	6
B	PESQUISAR COMO OBTER FINANCIAMENTO PARA INSTALAÇÃO DO EQUIPAMENTO.	Conhecimento da área de estudo	4
C	ELABORAR PROPOSTA PARA OBTENÇÃO DE RECURSOS PARA AQUISIÇÃO DO EQUIPAMENTO.	Documentos e Resultados para encaminhamento aos Comitês PCJ	2

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CÂMARA TÉCNICA DE MONITORAMENTO HIDROLÓGICO

Plano de Trabalho: Detalhamento das atividades 2011-2012

ATIVIDADE Nº 05

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE			
Título: SEMINÁRIOS REGIONAIS NAS BACIAS PCJ			
Justificativa: Divulgação do trabalho realizado pelos Comitês PCJ com relação ao controle de inundações nas Bacias PCJ			
Subprograma em que se enquadra: PDC 7 – Preservação e Defesa Contra Eventos Hidrológicos Extremos. Subprograma 7.01 – Zoneamento de áreas inundáveis e 7.03 – Operação de sistemas de alerta, radares meteorológicos e redes telemétricas.			
	Descrição das Ações Previstas	Produtos Esperados	Prazo para Desenvolvimento (em meses)
A	ELABORAÇÃO DE MATERIAL INFORMATIVO.	Material Informativo	2
B	DIVULGAÇÃO DO TRABALHO REALIZADO PELOS COMITÊS PCJ COM RELAÇÃO AO CONTROLE DE INUNDAÇÕES NAS BACIAS PCJ.	Seminários em diversos municípios	2

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CÂMARA TÉCNICA DE MONITORAMENTO HIDROLÓGICO

Cronograma de execução das atividades do Plano de Trabalho anual 2011-2012

Atividade	Ações	2011					2012						
		Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul
1	A	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	B	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	C	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
2	A	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	B	X	X										
	C		X	X	X	X							
3	A	X	X	X	X	X							
4	A			X	X	X	X	X	X				
	B						X	X	X	X			
	C										X	X	
5	A						X	X					
	B								X	X			

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CÂMARA TÉCNICA DE OUTORGAS E LICENÇAS

Plano de Trabalho: Detalhamento das atividades 2011-2012

ATIVIDADE Nº 01

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE			
Título: ESTUDO PARA SUBSIDIAR A PROPOSIÇÃO DE PROCEDIMENTOS E NORMAS VISANDO À SIMPLIFICAÇÃO DOS PROCESSOS DE OUTORGA NO MEIO RURAL, À REGULARIZAÇÃO DOS USOS DOS RECURSOS HÍDRICOS NO MEIO RURAL, À GESTÃO COMPARTILHADA ENTRE O DAAE E AS ASSOCIAÇÕES DE USUÁRIOS RURAIS E À COMPATIBILIZAÇÃO DAS NORMAS RELATIVAS À OUTORGA NAS PORÇÕES PAULISTA E MINEIRA DAS BACIAS PCJ.			
Justificativa: Demonstra-se necessária a proposição de procedimentos de outorga que permitam proporcionar a gestão compartilhada dos recursos hídricos no território das Bacias PCJ (Estados de São Paulo e Minas Gerais), de acordo com a orientação do Plano de Bacias 2010-2020, com destaque para os usos rurais. Tal proposição deve considerar as zonas críticas em disponibilidade apresentadas no plano, com vistas a permitir o alcance das metas nele propostas. Ressalta-se a importância dessa temática no meio rural, devido à sua relação direta com a implantação da cobrança pelo uso de recursos hídricos no meio rural e outros temas correlatos.			
Subprograma em que se enquadra: PDC 2 – Gerenciamento dos Recursos Hídricos. Subprograma 2.01 – Apoio às entidades básicas do SIGRH e associações de usuários de recursos hídricos.			
	Descrição das Ações Previstas	Produtos Esperados	Prazo para Desenvolvimento (em meses)
A	DISCUSSÃO SOBRE A PROPOSTA.	Criação de um GT	1
B	LEVANTAMENTO DE SUBSÍDIOS PARA ELABORAÇÃO DE UM PROJETO DE DEMANDA INDUZIDA.	Workshop e publicação com os resultados	2
C	ELABORAÇÃO DE ESTUDO PARA SUBSIDIAR A PROPOSIÇÃO DE PROCEDIMENTOS E NORMAS VISANDO À SIMPLIFICAÇÃO DOS PROCESSOS DE OUTORGA NO MEIO RURAL, À REGULARIZAÇÃO DOS USOS DOS RECURSOS HÍDRICOS NO MEIO RURAL, À GESTÃO COMPARTILHADA ENTRE O DAAE E AS ASSOCIAÇÕES DE USUÁRIOS RURAIS E À COMPATIBILIZAÇÃO DAS NORMAS RELATIVAS À OUTORGA NAS PORÇÕES PAULISTA E MINEIRA DAS BACIAS PCJ.	Projeto de Demanda Induzida	7

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CÂMARA TÉCNICA DE OUTORGAS E LICENÇAS

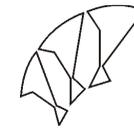
Plano de Trabalho: Detalhamento das atividades 2011-2012

ATIVIDADE Nº 02

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE			
Título: INTERNALIZAR, NOS PROCEDIMENTOS DAS AUTORIZAÇÕES (CERTIDÕES) PARA O USO E OCUPAÇÃO DO SOLO DOS MUNICÍPIOS, DIRETRIZES DE SANEAMENTO, LICENCIAMENTO AMBIENTAL E DE OUTORGAS DE DIREITO DE USO; MEIOS PARA CONTEMPLAR RESTRIÇÕES RELATIVAS À DISPONIBILIDADE E QUALIDADE DA ÁGUA NAS DIVERSAS ZONAS DE APONTDAS NO PLANO DAS BACIAS PCJ 2010-2020, NECESSÁRIAS AO ATENDIMENTO DAS METAS DE ENQUADRAMENTO.			
Justificativa: O alcance das metas de enquadramento, intermediárias e finais, propostas no Plano das Bacias PCJ, só ocorrerá com a devida articulação entre os diversos instrumentos de planejamento territorial e do uso de recursos hídricos. Assim, faz-se necessária a discussão sobre o assunto com os órgãos e entidades envolvidas com a questão e a prospecção de alternativas institucionais e subsídios técnicos para a articulação operacional e normativa que proporcione o atendimento às referidas metas.			
Subprograma em que se enquadra: PDC 1 – Base de Dados, Cadastros, Estudos e Levantamentos. Subprograma 1.14 – Monitoramento dos lançamentos de efluentes domésticos e regularização das respectivas outorgas. PDC 3 – Recuperação da Qualidade dos Corpos D'Água. Subprograma 3.01 – Tratamento dos efluentes urbanos, efluentes das ETAs e disposição final dos lodos das ETEs.			
Descrição das Ações Previstas		Produtos Esperados	Prazo para Desenvolvimento (em meses)
A	DISCUSSÃO SOBRE A PROPOSTA.	Criação de GT	01
B	LEVANTAMENTO DE SUBSÍDIOS PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO DE DEMANDA INDUZIDA.	Workshop e Publicação com os resultados	02
C	ELABORAÇÃO DE METODOLOGIA E PROSPECÇÃO DOS INSTRUMENTOS LEGAIS NECESSÁRIOS PARA A ABORDAGEM DO ASSUNTO.	Documento orientativo	02
D	ESTUDO PARA A ELABORAÇÃO DE SUBSÍDIOS TÉCNICOS E NORMATIVOS, POR ZONA DE CONTRIBUIÇÃO, PARA A AÇÃO DOS ÓRGÃOS GESTORES E MUNICÍPIOS VOLTADA AO CUMPRIMENTO DAS METAS DE ENQUADRAMENTO.	Projeto de Demanda Induzida	04

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CÂMARA TÉCNICA DE OUTORGAS E LICENÇAS

Cronograma de execução das atividades do Plano de Trabalho anual 2011-2012

Atividade	Ações	2011					2012						
		Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul
1	A			X									
	B			X	X								
	C					X	X	X	X	X	X	X	
2	A			X									
	B							X	X				
	C								X	X			
	D									X	X	X	X

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CÂMARA TÉCNICA DO PLANO DE BACIAS

Plano de Trabalho: Detalhamento das Atividades 2011-2012

ATIVIDADE Nº 01

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE			
Título: FOMENTAR A ELABORAÇÃO E A REGULAMENTAÇÃO DAS LEIS MUNICIPAIS DE RECURSOS HÍDRICOS, PREVENDO A ARTICULAÇÃO DOS PLANOS DIRETORES MUNICIPAIS E PLANO DIRETORES DE SANEAMENTO COM O PLANO DE BACIAS			
Justificativa: Conscientizar, orientar e incentivar que os atores cumpram as metas estabelecidas no Plano de Bacias, através de políticas integradas para a gestão dos recursos hídricos conforme o Plano de Bacias.			
Subprograma em que se enquadra: PDC 2 – Gerenciamento dos recursos hídricos. Subprograma 2.05 – Articulação com Estados, Municípios, União, e organismos nacionais e internacionais de desenvolvimento e fomento.			
Descrição das Ações Previstas		Produtos Esperados	Prazo para Desenvolvimento (em meses)
A	REATIVAR O PROGRAMA DE GESTÃO MUNICIPAL DE RECURSOS HÍDRICOS.	Termo de Referência para a continuação do programa de gestão municipal de recursos hídricos nas bacias PCJ	4
B	ELABORAR MINUTA DE MOÇÃO DOS COMITÊS PCJ.	Moção para divulgação e incorporação do Plano de Bacias nos instrumentos de gestão municipal	3
C	PLANEJAR O PRÊMIO “PREFEITO AMIGO DAS ÁGUAS”.	Edital para o Prêmio	2

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CÂMARA TÉCNICA DO PLANO DE BACIAS

Plano de Trabalho: Detalhamento das Atividades 2011-2012

ATIVIDADE Nº02

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE			
Título: PROPOR INSTRUMENTOS DE PACTUAÇÃO PARA A GESTÃO POR ZONAS DE PLANEJAMENTO ESTABELECIDAS NO PLANO DE BACIAS.			
Justificativa: Conscientizar sobre a real situação em cada zona de gestão, propondo alternativas para o encaminhamento das soluções, quanto aos problemas de ordem quantitativa ou qualitativa ou os dois concomitantes.			
Subprograma em que se enquadra: PDC 8 – Capacitação técnica, educação ambiental e comunicação social. Subprograma 8.03 – Fomento à realização de cursos e seminários de atualização, aperfeiçoamento e especialização em recursos hídricos.			
	Descrição das Ações Previstas	Produtos Esperados	Prazo para Desenvolvimento (em meses)
A	PROGRAMAR E REALIZAR SEMINÁRIOS FOCANDO OS USOS DA ÁGUA NAS BACIAS OU TRECHOS DE CORPOS HÍDRICOS, ONDE SE CONFIGURAM OS CENÁRIOS E TENDÊNCIAS DE CONFLITOS OU CONFLITOS JÁ INSTALADOS. PRIORIZAR POR ZONAS CRÍTICAS EM FUNÇÃO DOS USOS PRIORITÁRIOS (EX.: ABASTECIMENTO PÚBLICO).	6 Seminários (2 em cada porção das bacias PCJ – Alta, Média e Baixa); Estabelecer diretrizes para a proposta de revisão dos Planos Diretores Municipais e Planos de Saneamento Básico Municipal de acordo com o Plano de Bacias	12
B	PESQUISAR E MONTAR CADASTRO DOS ATORES POR ZONA DE GESTÃO.	Termo de Referência para cadastramento e desenvolvimento de banco de dados	2
C	AVALIAÇÃO E DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS.	Realizar um seminário para divulgação dos resultados obtidos e elaborar conteúdo de cartilha sobre gestão integrada dos recursos hídricos, por zonas de gestão, nas Bacias PCJ	3
D	INTEGRAÇÃO ENTRE AS CÂMARAS TÉCNICAS ENVOLVIDAS NOS SISTEMAS DE GESTÃO E NO SISTEMA CANTAREIRA.	2 Reuniões Conjuntas com a CT-MH	2

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CÂMARA TÉCNICA DO PLANO DE BACIAS

Plano de Trabalho: Detalhamento das Atividades 2011-2012

ATIVIDADE Nº03

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE			
Título: INTEGRAÇÃO DE PROCEDIMENTOS PARA EMISSÕES DE OUTORGAS E LICENÇAS AMBIENTAIS CONSIDERANDO O PLANO DE BACIAS			
Justificativa: Necessidade de internalização de procedimentos tendo em vista o programa de efetivação da atualização do enquadramento.			
Subprograma em que se enquadra: PDC 1 – Base de dados, cadastros, estudos e levantamentos. Subprograma 1.14 – Monitoramento dos lançamentos de efluentes domésticos e regularização das respectivas outorgas.			
	Descrição das Ações Previstas	Produtos Esperados	Prazo para Desenvolvimento (em meses)
A	REUNIÕES CONJUNTAS ENTRE DAEE, CETESB, ANA, IGAM E SEMAD, EM CONJUNTO COM A CT-OL.	Relatório contendo a revisão e propostas de integração de procedimentos	12
B	ACOMPANHAMENTO DA MOÇÃO ENCAMINHADA PELOS COMITÊS PCJ AO DAEE PARA DESCENTRALIZAÇÃO DA EMISSÃO DE OUTORGAS NAS BACIAS PCJ.	Relatório de acompanhamento sobre o processo de descentralização das outorgas nas Bacias PCJ	6

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CÂMARA TÉCNICA DO PLANO DE BACIAS

Plano de Trabalho: Detalhamento das Atividades 2011-2012

ATIVIDADE Nº 04

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE			
Título: ATUALIZAÇÃO DO BANCO DE DADOS E REVISÃO DO SISTEMA DE SUPORTE À DECISÃO.			
Justificativa: O Plano de bacias 2010 a 2020 foi elaborado com dados coletados/ estudados até 2008, portanto existem os anos de 2009, 2010, 2011 (até a presente data) em aberto, e por trabalharmos na área sabemos que muitos empreendimentos foram financiados nesse período e vários já se encontram em atividade.			
Subprograma em que se enquadra: PDC 1 – Base de dados, cadastros e levantamentos. Subprograma 1.01 – Base de Dados e Sistema de Informações em Recursos Hídricos.			
	Descrição das Ações Previstas	Produtos Esperados	Prazo para Desenvolvimento (em meses)
A	DESENVOLVER BANCO DE DADOS DE ACOMPANHAMENTO DA ÁREA DE AFASTAMENTO E TRATAMENTO DE ESGOTO, PERDAS HÍDRICAS, REUSO DE ÁGUA E ESGOTO, RESÍDUOS SÓLIDOS.	Termo de Referência para o desenvolvimento do banco de dados e atualização do modelo	9

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CÂMARA TÉCNICA DO PLANO DE BACIAS

Plano de Trabalho: Detalhamento das Atividades 2011-2012

ATIVIDADE Nº 05

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE			
Título: ACOMPANHAMENTO DA ELABORAÇÃO DO PROGRAMA DE EFETIVAÇÃO DE ENQUADRAMENTO E DOS ESTUDOS COMPLEMENTARES DOS RIOS, PREVISTOS NO PLANO DE BACIAS			
Justificativa: O Plano das Bacias aprovado menciona a necessidade de estudos complementares com vista ao atendimento de meta prevista.			
Subprograma em que se enquadra: PDC 1 – Base de dados, cadastros, estudos e levantamentos. Subprograma 1.03 – Proposições para o reenquadramento dos corpos d'água em classes de uso preponderante.			
Descrição das Ações Previstas		Produtos Esperados	Prazo para Desenvolvimento (em meses)
A	ACOMPANHAMENTO DA ELABORAÇÃO DE TERMO DE REFERÊNCIA E DO CONTRATO DO PROGRAMA DE EFETIVAÇÃO DE ENQUADRAMENTO.	Termo de referência da Agência PCJ	1
B	AVALIAÇÃO DOS 5 RELATÓRIOS TÉCNICOS DO PROGRAMA DE EFETIVAÇÃO DE ENQUADRAMENTO.	Ata de aprovação pela CT-PB	9

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CÂMARA TÉCNICA DO PLANO DE BACIAS

Plano de Trabalho: Detalhamento das Atividades 2011-2012

ATIVIDADE Nº 06

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE			
Título: AVALIAÇÃO DAS METODOLOGIAS DE ACOMPANHAMENTO DO RELATÓRIO DE SITUAÇÃO DAS BACIAS PCJ.			
Justificativa: Avaliar as metodologias utilizadas no Relatório de Situação das Bacias PCJ.			
Subprograma em que se enquadra: PDC 1 – Base de dados, estudos e levantamentos. Subprograma 1.02 – Estudos, projetos e levantamentos para apoio ao Sistema de Planejamento de recursos hídricos.			
Descrição das Ações Previstas		Produtos Esperados	Prazo para Desenvolvimento (em meses)
A	REALIZAÇÃO DE REUNIÕES DO GT-AC.	Propostas de critérios e metodologias para acompanhamento das metas do Plano de Bacias PCJ 2010-2020	3
B	ACOMPANHAMENTO DO CONTRATO.	Aprovação dos Relatórios técnicos	7

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CÂMARA TÉCNICA DO PLANO DE BACIAS

Plano de Trabalho: Detalhamento das Atividades 2011-2012

ATIVIDADE Nº 07

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE			
Título: ESTUDO SOBRE A COBRANÇA, TARIFAS E DE SEUS IMPACTOS E ACOMPANHAMENTO DA SUA APLICAÇÃO.			
Justificativa: O Plano das Bacias aprovado menciona a necessidade de estudos complementares.			
Subprograma em que se enquadra: PDC 2 – Gerenciamento dos Recursos Hídricos. Subprograma 2.02 – Desenvolvimento de mecanismos diferenciados para aplicação da cobrança e seus impactos para os usuários urbanos e rurais.			
Descrição das Ações Previstas		Produtos Esperados	Prazo para Desenvolvimento (em meses)
A	ESCLARECIMENTO SOBRE O PROCESSO DE DESEMBOLSO NO ÂMBITO FEDERAL E ESTADUAL.	Relatório identificando alternativas para melhorias no desembolso	10
B	VERIFICAR A POSSIBILIDADE DE HAVER ATUALIZAÇÃO NOS VALORES DAS COBRANÇAS FEDERAL E ESTADUAL.	Relatório sobre mecanismos e critérios para futuros reajustes	6
C	DIRETRIZES PARA ESTABELECIMENTO DE CRITÉRIOS DIFERENCIADOS PARA COBRANÇA PELO USO DA ÁGUA EM ÁREAS CRÍTICAS E ÁREAS RURAIS, PARA ALCANÇAR AS METAS DO PLANO DAS BACIAS PCJ 2010-2020.	Relatório com a proposição dos critérios para áreas críticas (atuais e futuras)	5
D	COBRANÇA COMO INSTRUMENTO DE GESTÃO.	Termo de referência para estudos sobre subsídios para tomada de decisão	11
E	IDENTIFICAR AS AÇÕES NECESSÁRIAS E REQUISITOS LEGAIS PARA IMPLANTAÇÃO DA COBRANÇA NO MEIO RURAL.	Reunião conjunta com CT-Rural e CT-RN. Relatório com diretrizes para implantação da cobrança no âmbito rural	10

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CÂMARA TÉCNICA DO PLANO DE BACIAS

Cronograma de execução das atividades do Plano de Trabalho anual 2011-2012

GRUPO TÉCNICO DE ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL

Atividade	Ações	2011					2012						
		Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul
1	A				X	X	X	X					
	B								X	X	X		
	C											X	X
2	A	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	B							X	X				
	C									X	X	X	
	D						X					X	X
3	A	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	B							X	X	X	X	X	X

GRUPO TÉCNICO DE ACOMPANHAMENTO

Atividade	Ações	2011					2012						
		Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul
4	A				X	X	X	X	X	X	X	X	X
5	A			X									
	B				X	X	X	X	X	X	X	X	X
6	A			X	X	X							
	B						X	X	X	X	X	X	X

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CÂMARA TÉCNICA DO PLANO DE BACIAS

Cronograma de execução das atividades do Plano de Trabalho anual 2011-2012

GRUPO TÉCNICO DE COBRANÇA

Atividade	Ações	2011					2012						
		Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul
7	A			X	X			X	X	X	X	X	X
	B							X	X	X	X	X	X
	C								X	X	X	X	X
	D		X	X	X			X	X	X	X	X	X
	E			X	X			X	X	X	X	X	X

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CÂMARA TÉCNICA DE RECURSOS NATURAIS

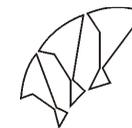
Plano de Trabalho: Detalhamento das atividades 2011-2012

ATIVIDADE Nº 01

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE		
Título: DIAGNÓSTICO DO PLANO DIRETOR DE RECOMPOSIÇÃO FLORESTAL ATUAL QUANTO AS AÇÕES EXECUTADAS NO ÂMBITO DAS BACIAS PCJ ATÉ 2010 E DIRETRIZES PARA ATENDER O PLANO DE BACIAS 2010/2020.		
Justificativa: Há a necessidade de se avaliar a eficácia do atual Plano Diretor atual para seu alinhamento e real contribuição ao Plano de Bacia 2010/2020.		
Subprograma em que se enquadra: PDC: 4 – Conservação e Proteção dos Corpos d'água. Subprograma: Proteção e Conservação dos Mananciais.		
Descrição das Ações Previstas	Produtos Esperados	Prazo para Desenvolvimento (em meses)
A ELABORAÇÃO DE PROJETO DE DEMANDA INDUZIDA.	Projeto de Demanda Induzida	3

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CÂMARA TÉCNICA DE RECURSOS NATURAIS

Plano de Trabalho: Detalhamento das atividades 2011-2012

ATIVIDADE Nº 02

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE			
Título: ELABORAÇÃO DE NOVO PLANO DIRETOR DE RESTAURAÇÃO FLORESTAL COM OS ATUAIS CONCEITOS E ALINHADO AO PLANO DAS BACIAS-2010/2020.			
Justificativa: Atualmente existem novas diretrizes legais e metodológicas para execução das ações de restauração florestal e priorização de áreas a serem recuperadas e um novo Plano de Bacias a ser contemplado.			
Subprograma em que se enquadra: PDC: 4 – Conservação e Proteção dos Corpos d'água. Subprograma 4.01 - Estudos de viabilidade e aperfeiçoamento da legislação de proteção dos mananciais atuais e futuros.			
	Descrição das Ações Previstas	Produtos Esperados	Prazo para Desenvolvimento (em meses)
A	DEFINIÇÃO DE INFORMAÇÕES QUE IRÃO COMPOR O NOVO PLANO DIRETOR DE RESTAURAÇÃO E SUA FORMA DE IMPLANTAÇÃO, POR MEIO DO DIAGNÓSTICO DO PLANO DIRETOR DE RECOMPOSIÇÃO FLORESTAL ATUAL QUANTO AS AÇÕES EXECUTADAS ATÉ 2010 E DIRETRIZES PARA ATENDER O PLANO DE BACIAS 2010/2020.	Relatório com diretrizes para o novo Plano Diretor	2
B	ELABORAÇÃO DE TERMO DE REFERÊNCIA PARA ELABORAÇÃO DE NOVO PLANO DIRETOR.	Termo de referência para Projeto de Demanda Induzida	1

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CÂMARA TÉCNICA DE RECURSOS NATURAIS

Plano de Trabalho: Detalhamento das atividades 2011-2012

ATIVIDADE Nº 03

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE			
Título: ELABORAÇÃO DE DIRETRIZES PARA PROJETOS DE DEMANDA INDUZIDA.			
Justificativa: Atualmente não foram estabelecidos os critérios e eixos temáticos para os projetos a serem apresentados pela CT-RN.			
Subprograma em que se enquadra: Ação de gestão.			
Descrição das Ações Previstas		Produtos Esperados	Prazo para Desenvolvimento (em meses)
A	DISCUSSÃO E DEFINIÇÃO DOS CRITÉRIOS E EIXOS TEMÁTICOS.	Relatório contendo a definição de critérios e eixos temáticos.	1
B	ACOMPANHAMENTO DOS PROJETOS DE DEMANDA INDUZIDA EM EXECUÇÃO.	Formação de Grupo para acompanhamento dos projetos. Relatórios semestrais de acompanhamento.	5

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CÂMARA TÉCNICA DE RECURSOS NATURAIS

Plano de Trabalho: Detalhamento das atividades 2011-2012

ATIVIDADE Nº 04

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE			
Título: AVALIAÇÃO DOS PROJETOS DE DEMANDA ESPONTÂNEA.			
Justificativa: Conforme atribuição da CT-RN há necessidade de se estabelecer critérios objetivos para a avaliação de projetos.			
Subprograma em que se enquadra: Ação de gestão.			
Descrição das Ações Previstas		Produtos Esperados	Prazo para Desenvolvimento (em meses)
A	DISCUSSÃO E DEFINIÇÃO DOS CRITÉRIOS.	Definição de critérios.	2
B	AVALIAÇÃO DOS PROJETOS DE DEMANDA ESPONTÂNEA.	Formação de grupo de acompanhamento. Relatórios mensais.	2

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CÂMARA TÉCNICA DE RECURSOS NATURAIS

Plano de Trabalho: Detalhamento das atividades 2011-2012

ATIVIDADE Nº 05

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE			
Título: CAPACITAÇÃO DE MEMBROS DA CT-RN E OUTROS ATORES DAS BACIAS PCJ.			
Justificativa: Contribuir para nivelar o conhecimento dos membros da CT-RN e suas respectivas instituições com relação a implantação do PB 2010/2020.			
Subprograma em que se enquadra: PDC: 8 – Capacitação Técnica, Educação Ambiental e Comunicação Social. Subprograma 8.01 – Treinamento e capacitação, educação ambiental e comunicação social alusivos à gestão de recursos hídricos.			
	Descrição das Ações Previstas	Produtos Esperados	Prazo para Desenvolvimento (em meses)
A	CAPACITAÇÃO TÉCNICA PARA OS MEMBROS DA CT-RN, EM CONJUNTO COM A CT-RURAL: 1) PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL; 2) ECOLOGIA DA PAISAGEM (LEPAC).	2 Palestras	7
B	CAPACITAÇÃO TÉCNICA E FOMENTO À DISCUSSÃO, EM CONJUNTO COM A CT-RURAL, SOBRE: 1) PAGAMENTO DE SERVIÇOS AMBIENTAIS E VALORAÇÃO AMBIENTAL; 2) RESTAURAÇÃO FLORESTAL.	2 Workshops	5
C	CAPACITAÇÃO EM AVALIAÇÃO DE PROJETOS SOCIOAMBIENTAIS.	Curso	1

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CÂMARA TÉCNICA DE RECURSOS NATURAIS

Plano de Trabalho: Detalhamento das atividades 2011-2012

ATIVIDADE Nº 06

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE			
Título: REVISÃO DAS ATRIBUIÇÕES DA CT-RN.			
Justificativa: A CT-RN desde a sua criação precisa rever suas funções se adequando as atuais planos/propostas/ferramentas de gestão.			
Subprograma em que se enquadra: Ação de gestão.			
Descrição das Ações Previstas		Produtos Esperados	Prazo para Desenvolvimento (em meses)
A	LEVANTAMENTO DO HISTÓRICO E AVALIAÇÃO DAS AÇÕES DA CT-RN.	Relatório	6
B	ELABORAÇÃO DE NOVA PROPOSTA DE ATRIBUIÇÕES DA CT-RN JUNTO AOS COMITES PCJ.	Minuta de deliberação dos Comitês PCJ	5

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CÂMARA TÉCNICA DE RECURSOS NATURAIS

Plano de Trabalho: Detalhamento das atividades 2011-2012

ATIVIDADE Nº 07

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE			
Título: FOMENTO À INSTITUIÇÃO DE APRMs NAS ZONAS CRÍTICAS SEGUNDO A SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE.			
Justificativa: Necessidade de preservar e recuperar áreas de abastecimento público.			
Subprograma em que se enquadra ¹ : PDC: 1 – Estudos, projetos e levantamentos para apoio ao Sistema de Planejamento de recursos hídricos. Subprograma 1.02 – Estudos, projetos e levantamentos para apoio ao Sistema de Planejamento de recursos hídricos.			
	Descrição das Ações Previstas	Produtos Esperados	Prazo para Desenvolvimento (em meses)
A	LEVANTAMENTO DAS AÇÕES EXECUTADAS E EM EXECUÇÃO.	Relatório Parcial	2
B	DEFINIÇÃO DE AÇÕES PARA O FOMENTO À INSTITUIÇÃO DAS APRMs PRIORITÁRIAS.	Relatório Final	3

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CÂMARA TÉCNICA DE RECURSOS NATURAIS

Plano de Trabalho: Detalhamento das atividades 2011-2012

ATIVIDADE Nº 08

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE			
Título: MONITORAMENTO DAS AÇÕES DE REGULAMENTAÇÃO/IMPLANTAÇÃO DAS APAS E DEMAIS UCS NAS BACIAS PCJ.			
Justificativa: Considerando que existe uma abrangência significativa de UCs nas bacias PCJ, e que essas contribuem para a preservação dos mananciais, há necessidade de política de apoio dos Comites PCJ aos órgãos gestores.			
Subprograma em que se enquadra: PDC 4 – Conservação e Proteção dos Corpos d'água. Subprograma 4.01: Estudos de viabilidade e aperfeiçoamento da legislação de proteção dos mananciais atuais e futuros.			
	Descrição das Ações Previstas	Produtos Esperados	Prazo para Desenvolvimento (em meses)
A	SOLICITAR AOS ÓRGÃOS COMPETENTES INFORMAÇÕES SOBRE AS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO ÂMBITO DAS BACIAS PCJ.	Relatório	7
B	RELACIONAR AS AÇÕES COM O ATUAL PLANO DIRETOR E SUGESTÕES DE DIRETRIZES DE APOIO AS UCS, NO ÂMBITO DOS COMITES PCJ.	Relatório	3

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CÂMARA TÉCNICA DE RECURSOS NATURAIS

Cronograma de execução das atividades do Plano de Trabalho anual 2011-2012

Atividade	Ações	2011					2012						
		Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul
1	A	X	X	X									
2	A											X	X
	B												X
	C												X
3	A			X									
	B							X				X	
4	A			X	X								
	B			X	X								
5	A					X				X		X	
	B							X	X		X	X	
	C									X			
6	A				X	X			X	X			
	B					X				X			
7	A						X	X					
	B							X		X			
8	A						X	X	X	X	X	X	X
	B									X		X	

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CÂMARA TÉCNICA DE USO E CONSERVAÇÃO DA ÁGUA NO MEIO RURAL

Plano de Trabalho: Detalhamento das atividades 2011-2012

ATIVIDADE Nº 01

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE			
Título: PROPOSIÇÃO DE DIRETRIZES PARA UMA POLÍTICA DE PAGAMENTO DE SERVIÇOS AMBIENTAIS PARA OS COMITÊS PCJ.			
<p>Justificativa: No Plano das Bacias PCJ 2010-2020, estão previstas ações específicas relacionadas ao Pagamento de Serviços Ambientais (PSA). Um projeto-piloto para pagamento de serviços ambientais foi aprovado e está em andamento no âmbito dos Comitês PCJ. Existem outras experiências em diversos locais no Brasil e no exterior. Existe, atualmente, grande interesse e demanda para implantação de novos projetos de PSA. Há, entretanto, dificuldades enfrentadas nos projetos já instalados e dúvidas e/ou divergências em conceitos/foco/necessidades entre os membros das CTs dos Comitês PCJ e faltam informações para os envolvidos no processo. As experiências acumuladas nos projetos piloto, assim como outras iniciativas, são importantes para instruir novas propostas. Para isso, também é importante que haja sistematização de conceitos, capacitação, divulgação e diálogo entre os envolvidos e os interessados em programas/projetos PSA no âmbito das Bacias PCJ. A elaboração da estrutura de uma de uma política que permita a organização e adequação das propostas e projetos de PSA submetidos aos Comitês PCJ é importante neste momento. É preciso definir princípios, papéis ou responsabilidades e diretrizes (quem é o tomador, qual o arcabouço legal específico, instrumentos, EA, espaços para discussão, legislação municipal etc.); relacionar pontos críticos, áreas prioritárias, metas, planos diretores de municípios; discutir a valoração econômica e de fundos do PSA. Dessa forma, foi instituído um GT-PSA na CT-Rural para desenvolver uma política de PSA para os Comitês PCJ.</p>			
Subprograma em que se enquadra: PDC 4 – Conservação e proteção dos corpos d’água. Subprograma 4.01 – Estudos de viabilidade e aperfeiçoamentos da legislação de proteção dos mananciais atuais e futuros.			
Descrição das Ações Previstas		Produtos Esperados	Prazo para Desenvolvimento (em meses)
A	LEVANTAMENTO DAS EXPERIÊNCIAS E MODELOS DE PSA EXISTENTES NO PCJ E OUTRAS REGIÕES, APONTANDO SUAS LIMITAÇÕES, AVANÇOS, DIFICULDADES E SOLUÇÕES PARA ORIENTAR PROJETOS EM ANDAMENTO E FUNDAMENTAR NOVOS PROJETOS	Documento apontando o resultado do levantamento.	5
B	SISTEMATIZAÇÃO DE CONCEITOS E DA LEGISLAÇÃO SOBRE PSA PARA SUBSIDIAR A FORMULAÇÃO DA POLÍTICA DE PSA	Workshop	5
C	PROPOSIÇÃO DE TÓPICOS RELEVANTES PARA ESTRUTURAR POLÍTICA DE PSA DOS COMITÊS PCJ	Documento com proposta da estrutura da Política de PSA dos Comitês PCJ.	2

Comitês PCJ

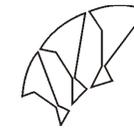
Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



D	DIÁLOGOS COM OUTRAS CTS (DEFINIÇÃO DE CONCEITOS E DIRETRIZES, SUBSÍDIOS PARA DIRETRIZES E PROGRAMAS) E COM ATORES ENVOLVIDOS EM PSA (NIVELAMENTO, TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO); E COM A CLASSE RURAL (PROVEDORES) PARA AVALIAR AS POLÍTICAS OU INSTRUMENTOS MAIS ADEQUADOS E ATRAENTES	Material de divulgação sobre PSA	11
E	AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS E INSTRUMENTOS DE PSA PROPOSTAS POR MEIO DE DIALOGO COM PRODUTORES RURAIS (PROVEDORES) NAS REUNIÕES DOS 7 CONSELHOS REGIONAIS DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL (CRDRs)	Reuniões setoriais	12
F	PROTOCOLO AGROAMBIENTAL PARA FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS OBJETIVANDO CERTIFICAÇÃO DO PSA NAS BACIAS PCJ	Protocolo de intenções entre os atores sociais envolvidos	11
G	APRESENTAÇÃO E ACOMPANHAMENTO NA TRAMITAÇÃO DE NOVOS PROJETOS DE PSA, A SEREM INDICADOS EM DEMANDA INDUZIDA E ESPONTÂNEA PARA FINANCIAMENTO COM RECURSOS FEHIDRO/COBRANÇAS PCJ	Atas do GT-PSA da CT-Rural	10
H	INDICAÇÃO DE 4 PARTICIPANTES DO GT-PSA PARA O CURSO DE CONSERVAÇÃO DE SOLO E ÁGUA- 30 H , PROMOVIDO PELA ANA. ESTE CURSO É DESTINADO AOS PROJETOS SELECIONADOS NO CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2011 DA ANA	Relatório dos participantes para a CT-Rural e Secretaria Executiva	1
I	INDICAÇÃO DE 4 COMPONENTES DO GT- PSA PARA O 1º SEMINÁRIO INTERNACIONAL ÁGUA E TRANSDISCIPLINARIDADE: PARA UMA ECOLOGIA DE SABERES, PROMOVIDO PELO CENTRO DE ESTUDO TRANSDISCIPLINAR DA ÁGUA E COORDENADO PELA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS (ANA)	Relatório dos participantes para a CT-Rural e Secretaria Executiva	1
J	INDICAÇÃO DE 4 COMPONENTES DO GT- PSA PARA SEMINÁRIOS, FÓRUNS, CONGRESSOS E OUTROS EVENTOS SOBRE PSA	Relatório dos participantes para a CT-Rural e Secretaria Executiva	7

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CÂMARA TÉCNICA DE USO E CONSERVAÇÃO DA ÁGUA NO MEIO RURAL

Plano de Trabalho: Detalhamento das atividades 2011-2012

ATIVIDADE Nº 02

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE

Título: CADASTRAMENTO “LUISA” - LEVANTAMENTO DE UNIDADES PARA INVESTIMENTOS EM SERVIÇOS AMBIENTAIS.

Justificativa: A iminente escassez de água doce está cada dia mais evidente. Na agricultura, na indústria e na vida doméstica, a necessidade de água é crescente, impulsionada também pelo crescimento demográfico e ao aumento nos padrões de vida. Sintomas de grandes crises já se manifestam em países que dispõem de boas reservas. Assim, a situação mundial dos Recursos Hídricos é bastante crítica e requer cada vez mais recursos financeiros para solução dos problemas.

A tendência atual, moderna e mundial de ecologia e desenvolvimento sustentado estabelece que o desenvolvimento econômico e social das regiões, além de se basear em suas potencialidades, devem estar associados e compatibilizados com a conservação do meio ambiente, em especial com os recursos hídricos.

Como se apresenta para o momento, é fundamental dispor de um LEVANTAMENTO DAS PROPRIEDADES RURAIS e seu-CADASTRAMENTO para confecção de um BANCO de DADOS que possibilite seu GERENCIAMENTO.

A Câmara Técnica de Uso e Conservação da Água no Meio Rural dos Comitês PCJ (CT-Rural) desde a sua criação tem sido pioneira na busca de tornar prático o conceito de sustentabilidade ambiental, no âmbito da bacia, sub-bacia ou microbacia hidrográfica, procurando desta forma catalisar as premissas básicas de geração de produtos com reconhecida qualidade ambiental.

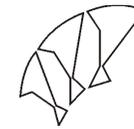
Através do cadastramento e levantamento de informações das propriedades rurais inseridas nos municípios selecionados, o CADASTRAMENTO das PROPRIEDADES RURAIS terá como premissa básica formar um BANCO de DADOS, objetivando viabilizar soluções alternativas para o desenvolvimento sustentável de forma a atender às exigências de conformidade ambiental e uso correto dos recursos hídricos, contribuindo desta forma para a conservação deste bem em quantidade e qualidade.

O ESTUDO para o CADASTRAMENTO irá constituir-se de atividades voltadas ao levantamento das propriedades inseridas nos municípios dos EDRs-Escritórios de Desenvolvimento Regional de Bragança Paulista, Campinas, Jaú, Limeira, Mogi Mirim, Piracicaba, São Paulo e Sorocaba. Visto que a grande maioria das propriedades rurais não dispõe de dados e informações para obtenção da Outorga de Direito de Uso dos Recursos Hídricos, a presente atividade deverá estabelecer uma proposta para sua adequação e regularização ambiental de forma que seu cadastramento virá acompanhado de sua aptidão agrícola do solo, incluindo seu uso, da rede de drenagem e vegetação, a fim de gerar informações sobre o meio físico em áreas rurais, com vistas a propor soluções alternativas ao planejamento territorial, e assim proporcionar uma clara visão sobre as potencialidades e limitações do uso e ocupação das terras.

Em suma, o “LUISA” resultará na confecção e disponibilização de um conjunto de programas computacionais modelados independentemente, que acionados por uma interface gráfica georeferenciada permitirá questionamentos temáticos e geográficos, proporcionando a planejadores e dirigentes subsídios técnicos que facilitem decisões que impliquem em desenvolvimento sócio-econômico sustentável, simultaneamente à preservação ambiental e ao gerenciamento dos recursos hídricos.

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



Subprograma em que se enquadra: PDC 1 – Base de dados, cadastros, estudos e levantamentos. Subprograma 1.01- Base de Dados e Sistema de Informações em Recursos Hídricos.			
Descrição das Ações Previstas		Produtos Esperados	Prazo para Desenvolvimento (em meses)
A	PROGRAMAR E REALIZAR REUNIÕES DA CT-RURAL E DE SEUS GRUPOS DE TRABALHO PARA ESTABELECEER A METODOLOGIA/LINHA DE TRABALHO	Agenda de Trabalho	1
B	LEVANTAMENTO E CADASTRAMENTO DE INFORMAÇÕES EM PROPRIEDADES RURAIS	Projeto de Demanda Induzida	2

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CÂMARA TÉCNICA DE USO E CONSERVAÇÃO DA ÁGUA NO MEIO RURAL

Plano de Trabalho: Detalhamento das atividades 2011-2012

ATIVIDADE Nº 03

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE			
Título: SANEAMENTO EM ÁREAS RURAIS.			
Justificativa: Tendo em vista o grande número de propriedades rurais circunscritas na área de abrangência dos Comitês PCJ e a constatação de que a grande maioria delas não possui nenhum sistema de coleta, destinação e tratamento de seus efluentes domésticos, faz-se urgente e necessário um imediato levantamento e cadastramento destas propriedades com vistas a estabelecer uma política de saneamento que ofereça às comunidades rurais das Bacias PCJ alternativas eficientes, eficazes e de baixo custo para a correta destinação de seus efluentes domésticos. Além disso, em algumas regiões, como nos municípios de Pedra Bela, Pinhalzinho, Socorro, Bragança Paulista e Holambra, o problema é agravado com a forte presença da suinocultura que lança diretamente seus dejetos nos corpos d'água da região.			
Subprograma em que se enquadra: PDC 3 – Recuperação da Qualidade dos Corpos d'Água. Subprograma 3.04 – Tratamento de efluentes dos sistemas de disposição final dos resíduos sólidos urbanos e das fontes difusas de poluição.			
	Descrição das Ações Previstas	Produtos Esperados	Prazo para Desenvolvimento (em meses)
A	LEVANTAMENTO DAS INFORMAÇÕES E CONSTRUÇÃO DE BANCO DE DADOS SOBRE SANEAMENTO RURAL, INCLUINDO INFORMAÇÕES SOBRE A DISPOSIÇÃO DE EFLUENTES DA SUINOCULTURA.	Termo de referência	3
B	LEVANTAMENTO DE INFORMAÇÕES SOBRE SISTEMAS DE COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTOS DOMÉSTICOS E EFLUENTES PASSÍVEIS DE SEREM IMPLANTADOS POR PEQUENOS PRODUTORES RURAIS.	Relatório técnico	2
C	FORMATAR UM PROJETO-PILOTO QUE POSSA SERVIR DE DEMONSTRATIVO REGIONAL EM SANEAMENTO PARA PEQUENOS E MÉDIOS PRODUTORES RURAIS.	Projeto de Demanda Induzida	7

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CÂMARA TÉCNICA DE USO E CONSERVAÇÃO DA ÁGUA NO MEIO RURAL

Plano de Trabalho: Detalhamento das atividades 2011-2012

ATIVIDADE Nº 04

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE

Título: ELABORAÇÃO DA PROPOSTA DE AÇÃO PARA SIMPLIFICAÇÃO E REGULARIZAÇÃO DE OUTORGAS NO MEIO RURAL.

Justificativa: O processo de requerimento de outorga tem como principal problema, apontado por produtores rurais, a ausência de diferenciação quanto ao porte e impacto ambiental do empreendimento nos procedimentos técnicos e administrativos exigidos. Isso impede o estabelecimento de uma gradação das exigências técnicas e administrativas que, conforme já prevêm as normas existentes – Portaria DAEE nº 717/96 – possibilitaria a simplificação de procedimentos, no caso de projetos menos complexos. Um segundo aspecto a ser considerado diz respeito à definição dos usos isentos de outorga, conforme a Reti-Ratificação da Portaria DAEE nº 2292/06, publicada no Diário Oficial em 25.11.2009. De acordo com essa norma, os usos insignificantes estão restritos ao valor máximo de 5 m³/dia, o que tem relevância tanto para os procedimentos relativos à obtenção de outorgas quanto à cobrança pelo uso da água da água no meio rural.

Com relação ao atendimento da legislação florestal, as principais dificuldades dizem respeito aos dispositivos relativos à instituição da Reserva Legal. Nas condições atuais, a averbação da Reserva Legal envolve altos custos para o produtor rural (despesas com agrimensor, advogado, georreferenciamento, registro em cartório e outros), entre os quais, destaca-se a exigência de levantamento planialtimétrico da propriedade. Os altos custos das plantas, em alguns casos, configuram um procedimento desproporcional tanto ao grau da intervenção pleiteada quanto à fiscalização. Entende-se, assim, que a baixa eficiência do instrumento da averbação para fins de proteção do meio ambiente, objetivo maior do Código Florestal, não justifica o seu custo para os agricultores.

Ao mesmo tempo, o processo de averbação implica extrema complicação burocrática, tendo em vista que as áreas de Reserva Legal raramente são estabelecidas de forma contínua nas propriedades, dificultando sua perfeita identificação nas escrituras. Por seu turno, a situação dominial das propriedades, envolvendo não apenas questões de titularidade (transmissões, sucessões), mas a própria delimitação do perímetro dos imóveis, é outro fator que dificulta a averbação da Reserva Legal, impondo prazos e custos elevados para o completo atendimento dos requisitos exigidos. Tendo em vista que a grande maioria das propriedades rurais não dispõe da Outorga de Direito de Uso dos Recursos Hídricos, a presente atividade deverá estabelecer uma proposta para sua adequação e regularização ambiental. O nível de complexidade a que o agricultor está envolvido é muito peculiar e própria do segmento, o que requer a instituição de uma política, pelo Governo do Estado de São Paulo, que possibilite sua incorporação ao sistema. A atividade proposta objetiva dar suporte técnico ao usuário irrigante para a obtenção da outorga, visando, dentre outras, atender exigências de agentes financeiros na concessão de crédito à produção rural. A implementação desta atividade/prática prevê, entre outras ações, a avaliação dos procedimentos para requerimento e obtenção de outorgas, com vistas principalmente à sua simplificação. Entretanto, a despeito de seus objetivos e estratégias de implantação, considera-se a indispensável parceria e participação de órgãos e entidades envolvidos direta e indiretamente no processo, como a Secretaria da Agricultura e Abastecimento – SAA, Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos – SSRH, Secretaria de Meio Ambiente – SMA e a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo – CETESB, que em muito contribuirá para a concretização da proposta.

Subprograma em que se enquadra: PDC 1 – Bases de dados, cadastros, estudos e levantamentos. Subprograma 1.08 – Cadastramento de irrigantes e regularização das respectivas outorgas.

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



Descrição das Ações Previstas		Produtos Esperados	Prazo para Desenvolvimento (em meses)
A	PROMOÇÃO DE REUNIÕES DO GRUPO (CT-RURAL E CTs AFINS, DAEE, SAA,SRHI, SMA, CETESB, UNIVERSIDADES, EMPRESAS RURAIS, IP, ETC), PARA SUBSIDIAR UMA PROPOSTA MÍNIMA DE AÇÃO EM UMA UNIDADE/MUNICÍPIO PILOTO (BACIA, SUB-BACIA OU COMPARTIMENTO).	Relatório com diretrizes para o processo de simplificação e regularização	4
B	ELABORAÇÃO DA PROPOSTA DE AÇÃO PARA SIMPLIFICAÇÃO E REGULARIZAÇÃO DE OUTORGAS NO MEIO RURAL.	Termo de referência ou Projeto de Demanda Induzida, com convite à CT-OL e CT-AS para participação na elaboração.	3
C	CONSOLIDAÇÃO E DIVULGAÇÃO DAS AÇÕES E RESULTADOS.	Relatório com as ações e resultados, workshop e material de divulgação	7
D	ELABORAÇÃO DE DIRETRIZES PARA OUTORGAS E LICENÇAS RURAIS NOS COMITÊS PCJ.	Minuta de Deliberação dos Comitês PCJ	1

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CÂMARA TÉCNICA DE USO E CONSERVAÇÃO DA ÁGUA NO MEIO RURAL

Plano de Trabalho: Detalhamento das atividades 2011-2012

ATIVIDADE Nº05

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE			
Título: PRODUÇÃO E RESERVAÇÃO DE ÁGUA NO MEIO RURAL.			
<p>Justificativa: A tendência atual de desenvolvimento sustentado, econômico e social das regiões dos Comitês PCJ, além de se basear em suas potencialidades, devem estar associados e compatibilizados com a conservação do meio ambiente, em especial com os recursos hídricos. Uma sociedade ecologicamente correta só é possível quando os indivíduos que a compõem assumem os princípios de igualdade e respeito ao próximo. A crescente preocupação com alternativas de desenvolvimento sustentável coloca na agenda de governos e da sociedade civil a necessidade de se buscar mecanismos para incrementar o melhor aproveitamento dos recursos hídricos e conseqüente redução no consumo. As presentes ações buscarão fornecer subsídios e indicadores compatíveis com o Plano de Bacias, bem com propor soluções e medidas práticas para o gerenciamento dos Recursos Hídricos dos Comitês PCJ.</p>			
<p>Subprograma em que se enquadra: PDC 4 - Conservação e Proteção dos Corpos d'água. Subprogramas 4.01 - Estudos de viabilidade e aperfeiçoamento da legislação de proteção dos mananciais atuais e futuros, e 4.02 – Estudos para implementação da política estadual de proteção e recuperação dos mananciais, com base na Lei nº 9.866/97. PDC 5 – Promoção do Uso Racional dos Recursos Hídricos. Subprograma 5.04 – Estudos, projetos e apoio a empreendimentos visando à difusão de valores ótimos de consumo das culturas irrigáveis, junto aos produtores rurais.</p>			
Descrição das Ações Previstas		Produtos Esperados	Prazo para Desenvolvimento (em meses)
A	COMPOSIÇÃO, TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO DO GRUPO DE TRABALHO E PARCEIROS.	Criação de Grupo de Trabalho	3
B	ESTUDO DE ALTERNATIVAS PARA IMPLANTAÇÃO DE ÁREAS PROTEÇÃO PARA NOVOS RESERVATÓRIOS DE REGULARIZAÇÃO NAS BACIAS DOS RIOS JAGUARI E CAMANDUCAIA.	Termo de referência	10
C	ESTUDOS PARA IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA ESTADUAL DE PROTEÇÃO E RECUPERAÇÃO DOS MANANCIAIS DE INTERESSE REGIONAL, COM BASE NA LEI ESTADUAL NO. 9.866/97.	Termo de referência	10

Comitês PCJ

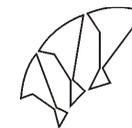
Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



D	FOMENTAR O DESENVOLVIMENTO, EM PARCERIA COM CENTROS DE EXCELÊNCIA, DE PESQUISAS, ESTUDOS E PROJETOS SOBRE: DIFUSÃO DE METODOLOGIAS DE CONTROLE DO USO DOS RECURSOS HÍDRICOS NO MEIO RURAL; GERAÇÃO E ADAPTAÇÃO DESSAS TECNOLOGIAS ÀS DIVERSAS CULTURAS; INDICADORES DE VALORES DE CONSUMO E EFICIÊNCIA DE USO DA ÁGUA NA IRRIGAÇÃO; PERDAS HÍDRICAS NAS PRINCIPAIS CULTURAS IRRIGÁVEIS; AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA AUMENTAR A EFICIÊNCIA DA IRRIGAÇÃO.	Relatório com diretrizes de ação	6
----------	--	----------------------------------	---

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CÂMARA TÉCNICA DE USO E CONSERVAÇÃO DA ÁGUA NO MEIO RURAL

Cronograma de execução das atividades do Plano de Trabalho anual 2011-2012

Atividade	Ações	2011					2012						
		Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul
1	A	X	X	X	X	X							
	B					X	X	X	X	X			
	C									X	X		
	D		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	E	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	F		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	G			X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	H			X									
	I				X								
	J					X	X	X	X	X	X	X	
2	A		X										
	B		X	X									
3	A			X	X	X							
	B			X	X								
	C						X	X	X	X	X	X	
4	A	X	X	X	X								
	B			X	X	X							
	C						X	X	X	X	X	X	
	D											X	
5	A		X	X	X								
	B		X	X	X	X	X	X	X	X	X		
	C		X	X	X	X	X	X	X	X	X		
	D		X	X	X	X	X	X					

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CÂMARA TÉCNICA DE SANEAMENTO

Plano de Trabalho: Detalhamento das atividades 2011-2012

ATIVIDADE Nº 01

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE			
Título: FOMENTO À DISCUSSÃO SOBRE A EFICIÊNCIA DAS ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ESGOTO.			
Justificativa: Melhoria da qualidade dos corpos hídricos.			
Subprograma em que se enquadra: PDC 8 – Capacitação Técnica, Educação Ambiental e Comunicação Social. Subprograma 8.01 – Treinamento e capacitação, educação ambiental e comunicação social alusivos à gestão de recursos hídricos. PDC 3 – Recuperação da Qualidade dos Corpos D'Água. Subprograma 3.01 – Tratamento dos efluentes urbanos, efluentes das ETAs e disposição final dos lodos das ETES.			
	Descrição das Ações Previstas	Produtos Esperados	Prazo para Desenvolvimento (em meses)
A	DISCUSSÃO NA CT-SA PARA ELABORAÇÃO DE CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA OPERAÇÃO DE ETES, EM PARCERIA COM A CT-ID.	Programação do curso	12
B	PALESTRAS EM REUNIÕES DA CT-SA E UMA VISITA TÉCNICA.	Busca de conhecimento de novas tecnologias para sistema de tratamento de esgoto e reuso de efluentes	12
C	OBTER E ANALISAR INDICADORES DE EFICIÊNCIA.	Relatório sobre a eficiência das ETES nas Bacias PCJ	12

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CÂMARA TÉCNICA DE SANEAMENTO

Plano de Trabalho: Detalhamento das atividades 2011-2012

ATIVIDADE Nº 02

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE			
Título: DEFINIÇÃO DO CONTEÚDO MÍNIMO PARA OS PLANOS DIRETORES DE COMBATE A PERDAS, EM PARCERIA COM A CT-ID.			
Justificativa: Necessidade de análise e adequação dos planos diretores de combate a perdas.			
Subprograma em que se enquadra: PDC 5 – Promoção do uso racional dos recursos hídricos. Subprograma 5.01 – Racionalização do Uso da Água no Sistema de Abastecimento Urbano.			
	Descrição das Ações Previstas	Produtos Esperados	Prazo para Desenvolvimento (em meses)
A	REUNIÕES DA CT-SA.	Estudo da proposta de plano diretor de combate a perdas existente e discussão sobre a necessidade de complementações	4
B	PROPOSTAS DE MELHORIA.	Relatório com modelo de plano diretor de combate a perdas definitivo para o processo de seleção de empreendimentos do FEHIDRO/Cobranças PCJ 2012	3

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CÂMARA TÉCNICA DE SANEAMENTO

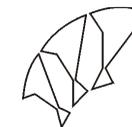
Plano de Trabalho: Detalhamento das atividades 2011-2012

ATIVIDADE Nº 03

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE		
Título: ESTUDO SOBRE A DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS RECICLÁVEIS NAS BACIAS PCJ.		
Justificativa: Há necessidade de aumento da vida útil dos aterros sanitários e reuso dos materiais.		
Subprograma em que se enquadra: PDC 3 – Recuperação da Qualidade dos Corpos D'Água. Subprograma 3.05 – Sistemas de Saneamento, em caráter supletivo, nos municípios inseridos em Unidades de Conservação ou em Áreas Protegidas por legislações específicas de proteção de mananciais.		
Descrição das Ações Previstas	Produtos Esperados	Prazo para Desenvolvimento (em meses)
A ELABORAÇÃO DE TERMO DE REFERÊNCIA PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ESTUDO SOBRE A DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS RECICLÁVEIS NAS BACIAS PCJ, CONTEMPLANDO: O LEVANTAMENTO DA SITUAÇÃO ATUAL, APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS DOS LEVANTAMENTOS COM INDICAÇÕES DOS LOCAIS ADEQUADOS PARA AS ATIVIDADES DE RECICLAGEM, DIAGNOSTICO DO TIPO E QUANTIDADE DO MATERIAL DISPONÍVEL, PROGNOSTICO E TECNOLOGIAS ATUAIS DE REUSO E RELATÓRIO COM SUGESTÕES VOLTADAS ÀS COOPERATIVAS DE RECICLAGEM.	Projeto de Demanda Induzida.	11

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CÂMARA TÉCNICA DE SANEAMENTO

Plano de Trabalho: Detalhamento das atividades 2011-2012

ATIVIDADE Nº 04

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE			
Título: DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS – LODO.			
Justificativa: É necessária a definição das centrais de armazenamento de lodo e destino final.			
Subprograma em que se enquadra: PDC 3 – Recuperação da Qualidade dos Corpos d'Água. Subprograma 3.01 – Tratamento dos Efluentes das ETAs e disposição final dos lodos das ETEs.			
Descrição das Ações Previstas		Produtos Esperados	Prazo para Desenvolvimento (em meses)
A	ACOMPANHAMENTO DO ESTUDO DE VIABILIDADE PARA INSTALAÇÃO E OPERAÇÃO DE CENTRAIS DE LODOS NAS BACIAS DO PCJ – UGL.	Conhecer os procedimentos utilizados, localidades, qualidade do lodo, tipo de tratamento e assuntos correlatos	3
B	APRESENTAÇÃO PELA EMPRESA CONTRATADA DO DIAGNÓSTICO E PROGNÓSTICO PARA PLANEJAMENTO DAS AÇÕES E AUTORIZAÇÕES MUNICIPAIS PARA IMPLANTAÇÃO DAS UGLs.	Seminário com os municípios envolvidos para apresentar os resultados obtidos dos estudos e prognósticos	9

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CÂMARA TÉCNICA DE SAÚDE AMBIENTAL

Plano de Trabalho: Detalhamento das atividades 2011-2012

ATIVIDADE Nº 01

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE			
Título: DISCUSSÃO SOBRE A INCLUSÃO DE UM PDC (PROGRAMA DE DURAÇÃO CONTINUADA) OU SUBPROGRAMA QUE CONTEMPLE A TEMÁTICA DE SAÚDE AMBIENTAL (FATORES BIÓTICOS E ABIÓTICOS).			
Justificativa: No Plano das Bacias PCJ 2010-2020, as ações específicas divididas por sub-programas não contemplam o tema Saúde Ambiental – área de atribuição específica da CT-SAM.			
Subprograma em que se enquadra: Ação de Gestão.			
	Descrição das Ações Previstas	Produtos Esperados	Prazo para Desenvolvimento (em meses)
A	LEVANTAMENTO DA LEGISLAÇÃO APLICADA À ELABORAÇÃO DOS PLANOS DE BACIA E ESTADUAL, VISANDO À INTRODUÇÃO DE SUB-PROGRAMA RELACIONADO À SAÚDE AMBIENTAL.	Relatório a ser encaminhado aos Plenários PCJ	8
B	ELABORAR LISTAGEM COM OS ITENS A SEREM INTRODUZIDOS EM UM PDC OU SUB-PROGRAMA, VERIFICANDO A ESTRATÉGIA DE VIABILIZAÇÃO DA INSERÇÃO DESTES.		8
C	DESCREVER AS AÇÕES ELEGÍVEIS RELATIVAS À QUALIDADE E A QUANTIDADE DA ÁGUA ENVOLVENDO A SAÚDE HUMANA E A BIOTA (MICRO E MACRO).		8

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CÂMARA TÉCNICA DE SAÚDE AMBIENTAL

Plano de Trabalho: Detalhamento das atividades 2011-2012

ATIVIDADE Nº 2

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE			
Título: CAPACITAÇÃO DA CÂMARA TÉCNICA EM TÓPICOS DE SAÚDE AMBIENTAL.			
Justificativa: Os membros da CT-SAM sentem falta de informações importantes voltadas à área de atuação do comitê, uma vez que muitos participantes são novos.			
Subprograma em que se enquadra: PDC 8 – Capacitação técnica, a educação ambiental e comunicação social. Subprograma 8.01 – Treinamento e capacitação, educação ambiental e comunicação social alusivos à gestão de recursos hídricos.			
	Descrição das Ações Previstas	Produtos Esperados	Prazo para Desenvolvimento (em meses)
A	PALESTRA SOBRE “PLANO DE BACIAS”.	Capacitação dos membros. Material de divulgação.	1
B	PALESTRA SOBRE “PORTARIA 518- DIFICULDADES DOS MUNICÍPIOS NA IMPLANTAÇÃO E O SIGNIFICADO DAS ULTRAPASSAGENS DOS PADRÕES DE POTABILIDADE PARA SAÚDE PÚBLICA”.	Capacitação dos membros. Material de divulgação.	1
C	PALESTRA SOBRE “ÍNDICES DE QUALIDADE DAS ÁGUAS SUPERFICIAIS PRATICADOS PELA CETESB”.	Capacitação dos membros. Material de divulgação.	1
D	PALESTRA “ATRIBUIÇÕES DA CETESB, VISA E VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA QUANTO A ÁREA DE SAÚDE AMBIENTAL”.	Capacitação dos membros. Material de divulgação.	1

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CÂMARA TÉCNICA DE SAÚDE AMBIENTAL

Plano de Trabalho: Detalhamento das atividades 2011-2012

ATIVIDADE Nº 3

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE			
Título: POLÍTICA DE SAÚDE AMBIENTAL PARA OS COMITÊS PCJ – FÓRUM DE SAÚDE AMBIENTAL.			
Justificativa: Promover pela CT-SAM junto aos Comitês PCJ esclarecimentos sobre saúde ambiental, discutindo as interfaces entre saúde e meio ambiente, de tal forma que as áreas que forem identificadas como carentes de informações passem a ser discutidas em nível de pesquisa nos institutos e universidades.			
Subprograma em que se enquadra: Ação de Gestão			
	Descrição das Ações Previstas	Produtos Esperados	Prazo para Desenvolvimento (em meses)
A	DEFINIÇÃO DE INDICADORES DE SAÚDE AMBIENTAL PARA AS BACIAS PCJ.	Proposta de conjunto de indicadores de saúde ambiental	8
B	ORGANIZAÇÃO DO FÓRUM DE SAÚDE AMBIENTAL NAS BACIAS PCJ.	Fórum de saúde ambiental nas Bacias PCJ. Edital das agências de fomento à pesquisa contemplando o desenvolvimento de trabalhos científicos/técnicos que possam subsidiar as ações da CT-SAM	1
C	ELABORAÇÃO DE UMA POLÍTICA QUE CONTEMPLE A SAÚDE AMBIENTAL, SUBSIDIADA POR DISCUSSÃO COM AUTORIDADES DA ÁREA.	Proposta de Política para Saúde Ambiental nas Bacias PCJ	4

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CÂMARA TÉCNICA DE SAÚDE AMBIENTAL

Cronograma de execução das atividades do Plano de Trabalho anual 2011-2012

Atividade	Ações	2011					2012						
		Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul
1	A		X	X	X	X	X	X	X	X			
	B		X	X	X	X	X	X	X	X			
	C		X	X	X	X	X	X	X	X			
2	A		X										
	B				X								
	C									X			
	D										X		
3	A					X	X	X	X	X	X	X	X
	B									X			
	C						X	X	X	X			